



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 029

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 02 DE ABRIL DE 2009

ANO XXXIV

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... *Luiz Claudio Romanelli*  
Líder da Oposição ..... *Elio Rusch*  
PMDB ..... *Waldyr Pugliesi*  
PSDB ..... *Ademar Traiano*  
Partido Democratas ..... *Plauto Miró*  
PT ..... *Péricles de Mello*  
PP ..... *Duílio Genari*  
PDT ..... *Luiz Carlos Martins*  
Bloco PPS/PMN ..... *Dr. Batista*  
Bloco PSB/PRB/PV ..... *Pastor Edson Praczyk*  
Bloco PTB/PR ..... *Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 029**

### **26ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva..... 02**

**Presenças..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 05

Projetos de Resolução..... 06

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Jocelito Canto..... 09

Dep. Reni Pereira..... 10

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 10

Dep. Antonio Belinati ..... 10

Dep. Tadeu Veneri..... 13

Dep. Durval Amaral..... 15

Dep. Valdir Rossoni ..... 17

Dep. Waldyr Pugliesi ..... 19

#### **Grande Expediente:**

Dep. Elio Rusch ..... 22

#### **Horário das Lideranças:**

##### **Liderança do PP**

Dep. Antonio Belinati ..... 12

##### **Liderança do PT**

Dep. Tadeu Veneri ..... 14

##### **Liderança do DEM**

Durval Amaral ..... 16

##### **Liderança do PSDB**

Dep. Valdir Rossoni ..... 18

##### **Liderança do PMDB**

Dep. Waldyr Pugliesi ..... 20

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 24

##### **Discussão/Votação**

Redação Final ..... 24

1ª Discussão ..... 24

Requerimentos ..... 27

#### **Encerramento da Sessão ..... 28**

#### **Publicações:**

##### **Diretoria Geral**

Portarias ..... 28

### **DIÁRIO Nº 029**

### **26ª SESSÃO ORDINÁRIA**

### **3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 02 ABRIL DE 2009**

(quinta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Rosane Ferreira e Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi (27).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Elton Welter, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Chico Noroeste, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio,

Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró e Teruo Kato (26).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Osmar Bertoldi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Indicações***

INDICAÇÃO N° 325/09

SÚMULA:

Propõe a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra de esportes do Colégio Estadual Presidente Kennedy situado no Município de Serranópolis do Iguaçu.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura de quadra de esportes do Colégio Estadual Presidente Kennedy situado no Município de Serranópolis do Iguaçu.

O Colégio Estadual Presidente Kennedy possui capacidade para atender 560 (quinhentos e sessenta alunos), compartilhando sua estrutura física com a Escola Municipal Professor Isaltino J Schoffen. Sendo que existe necessidade de uma cobertura na quadra esportiva para uso das crianças nas aulas de educação física e em todas as atividades de lazer e recreação, estas que atualmente, ficam expostas ao forte sol e a chuvas, alterações climáticas caracterizada pela Região Oeste.

Sala das Sessões, em 02/04/09.

(a) ADEMIR BIER

INDICAÇÃO N° 326/09

SÚMULA:

Propõe a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra de esportes do Colégio Estadual Jaime Rodrigues situado no Município de Guaíra.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura de quadra de esportes do Colégio Estadual Jaime Rodrigues situado no Município de Guaíra.

O Colégio Estadual Jaime Rodrigues atende hoje 500 alunos sendo estes do ensino fundamental e médio. Sendo que existe necessidade de uma cobertura na quadra esportiva para uso das crianças nas aulas de educação física e em todas as atividades de lazer e recreação, estas que atualmente, ficando seus alunos expostos ao forte sol e a chuvas, estas, alterações climáticas caracterizada pela Região Oeste.

Sala das Sessões, em 02/04/09.

(a) ADEMIR BIER

INDICAÇÃO N° 327/09

SÚMULA:

Propõe a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra de esportes do Colégio Estadual Paulo Freire situado no Município de Marechal Cândido Rondon.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura de quadra de esportes do Colégio Estadual Paulo Freire situado no Município de Marechal Cândido Rondon.

O Colégio Estadual Paulo Freire possui mais de 1 mil e 300 matriculados. Sendo que existe necessidade de uma cobertura na quadra esportiva para uso das crianças nas aulas de Educação Física e em todas as atividades de lazer e recreação, estas que atualmente, ficando seus alunos expostos ao forte sol e a chuvas, alterações climáticas caracterizada pela Região Oeste.

Sala das Sessões, em 02/04/09.

(a) ADEMIR BIER

## INDICAÇÃO N° 328/09

## SÚMULA:

Propõe a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra de esportes do Colégio Estadual Arthur Costa e Silva situado no Município de Medianeira.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura de quadra de esportes do Colégio Estadual Arthur Costa e Silva situado no Município de Medianeira.

O Colégio Estadual Arthur Costa e Silva possui mais de 1 mil e 100 alunos. Sendo que existe necessidade de uma cobertura na quadra esportiva para uso das crianças nas aulas de educação física e em todas as atividades de lazer e recreação, estas que atualmente, ficando seus alunos expostos ao forte sol e a chuvas, alterações climáticas caracterizada pela Região Oeste.

Sala das Sessões, em 02/04/09.

(a) ADEMIR BIER

## INDICAÇÃO N° 329/09

## SÚMULA:

Propõe a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra de esportes da Escola Estadual Margarida situada no Município de Marechal Cândido Rondon.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura de quadra de esportes da Escola Estadual Margarida situada no Município de Marechal Cândido Rondon.

A Escola Estadual Margarida possui capacidade de atender até 360 alunos, além de compartilhar a estrutura física com a Escola Municipal Costa e Silva atendendo alunos da rede da educação infantil e do ensino médio. Sendo que existe necessidade de uma cobertura na quadra esportiva para uso das crianças nas aulas de Educação Física e em todas as atividades de lazer e recreação, estas que atualmente, ficando seus alunos expostos ao forte sol e a chuvas, alterações climáticas caracterizada pela Região Oeste.

Sala das Sessões, em 02/04/09.

(a) ADEMIR BIER

## INDICAÇÃO N° 330/09

## SÚMULA:

Propõe a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra de esportes da Escola Estadual Porto Mendes situada no Município de Marechal Cândido Rondon.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura de quadra de esportes da Escola Estadual Porto Mendes situada no Município de Marechal Cândido Rondon.

A Escola Estadual Porto Mendes possui capacidade para atender até 160 alunos do ensino fundamental. Sendo que existe necessidade de uma cobertura na quadra esportiva para uso das crianças nas aulas de Educação Física e em todas as atividades de lazer e recreação, estas que atualmente, ficando seus alunos expostos ao forte sol e a chuvas, alterações climáticas caracterizada pela Região Oeste.

Sala das Sessões, em 02/04/09.

(a) ADEMIR BIER

## INDICAÇÃO N° 331/09

## SÚMULA:

Propõe a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra de esportes da Escola Estadual Novo Três Passos situado no Município de Marechal Cândido Rondon.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra de esportes da Escola Estadual Novo Três Passos situada no Município de Marechal Cândido Rondon.

A Escola Estadual Novo Três Passos possui capacidade para atender até 160 alunos. Além de compartilhar sua estrutura física com a Escola São João Batista da rede de educação infantil e do ensino médio. Sendo que existe necessidade de uma cobertura na quadra esportiva para uso das crianças nas aulas de educação física e em todas as atividades de lazer e recreação, estas que atualmente, ficam expostas ao forte sol e a chuvas, alterações climáticas caracterizada pela Região Oeste.

Sala das Sessões, em 02/04/09.

(a) ADEMIR BIER

## INDICAÇÃO N° 332/09

## SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ a construção de três Centros da Juventude no Município de Cascavel.

Em atendimento ao parágrafo 1° do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ a construção de 03 (três) Centros da Juventude no Município de Cascavel.

O Município de Cascavel é um importante pólo regional do Estado do Paraná. Situado na Região Oeste, conta com uma população de aproximadamente 300 mil habitantes, destacando-se na produção agropecuária, industrial e de serviços e apresenta grande potencialidade de desenvolvimento. No entanto, apresenta também os problemas dos grandes centros urbanos, o qual justifica a implementação de políticas públicas de atenção à juventude.

Neste sentido, torna-se imperativa a construção dos Centros da Juventude no Município de Cascavel a fim de consolidar a ação do Governo do Paraná no atendimento social daquela região.

Sala das Sessões, em 02/04/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

## Requerimentos

## REQUERIMENTO N° 1358

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a retirada do item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, Projeto de Lei n° 471/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi por 10 Sessões.

Sala das Sessões, em 02/04/09.

(a) WALDYR PUGLIESI

## REQUERIMENTO N° 1345

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se faça a anexação do Projeto de Lei n° 502/08 o qual estabelece que o salário para os professores de ensino básico no âmbito da Administração Estadual, não poderá ser inferior a R\$ 1.392 (um mil, trezentos e noventa e dois reais), para o exercício de 40 (quarenta) horas semanais, equivalendo ao valor mínimo a ser pago a qualquer integrante do magistério, a qualquer título, incluindo todas as vantagens pecuniárias, ao Projeto de Lei n° 079/09 o qual propõe reajuste anual dos valores dos pisos salariais do Paraná a vigorar a partir de 01/05/09.

Ambos são mensagens do Governo do Estado do Paraná. A Mensagem n° 039/08 é de 18/11/08, foi retirada por 10 Sessões em 10/12/08. A Mensagem n° 009/09 é de 09/03/09 foi aprovada em Plenário em 1ª Discussão em 30/03/09, em 2ª Discussão em 31/03/09 sendo encaminhado em seguida para a CCJ.

Sala das Sessões, em 02/04/09.

(a) RENI PEREIRA

## REQUERIMENTO N° 1360

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei n°s 115/09 e 122/09, que tratam do Programa Estadual de Vacinação contra o HPV.

Sala das Sessões, em 02/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

## REQUERIMENTO N° 1361

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei n°s 124/09 e 125/09, que tratam do Cadastro para Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing.

Sala das Sessões, em 02/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

## REQUERIMENTO N° 1357

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência, na Sessão do dia 30 do mês corrente, devido a compromissos na condição de Presidente da Comissão de Saúde.

Sala das Sessões, em 02/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

## REQUERIMENTO N° 1362

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento de Cristiano Buchner, ocorrido na data de ontem, em um acidente de automóvel na estrada de Marechal Cândido Rondon a Toledo.

Requer, outrossim, seja dada ciência a família enlutada, através de seu pai, Sr. Lair Buchner.

Sala das Sessões, em 02/04/09.

(a) ADEMIR BIER

## REQUERIMENTO N° 1344

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Batalhão de Polícia Ambiental

pelos seus 52 anos, a ser comemorado no dia 07 de abril, onde vem prestando relevantes serviços da Força Verde protegendo o Meio Ambiente Paranaense.

Requer ainda, envio de cópia.

Sala das Sessões, em 02/04/09.

(a) ROSANE FERREIRA

#### REQUERIMENTO N° 1359

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício aos Exmos. Srs. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná; Gilberto Berguio Martin, DD. Secretário de Estado da Saúde; Luiz Forte Neto, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a implantação de um Centro de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Céu Azul.

Sala das Sessões, em 02/04/09.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Céu Azul, tendo em vista a demanda existente no atendimento a gestantes e recém-nascidos, necessita com a menor brevidade de um local apropriado para atender essa clientela, e a implantação de um Centro de Saúde da Mulher e da Criança será de relevante importância para a área de Saúde local, auxiliando dessa forma, sobremaneira, a melhoria da qualidade de vida daquela população.

### ***Projetos de Resolução***

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 003/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno dessa Casa, a seguinte resolução:

Art. 1º Os servidores em geral, nomeados pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sejam efetivos ou demissíveis *ad nutum*, deverão preencher, quando da publicação do referido ato e anteriormente ao início do exercício, declaração, conforme modelo anexo, e que deverá conter, necessariamente, as seguintes informações:

I - Declaração de que não exerce cargo, emprego ou função pública (artigo 37, XVI e XVII da Constituição Federal e artigo 20 e artigo 285, I da Lei nº 6174/1970);

II - Declaração de que não possui incompatibilidade de horário com o exercício do cargo de Agente Político ou em comissão de Assessor ou Secretário Parlamentar, nos termos da Lei nº 6174/70;

III - Declaração de que não percebe proventos de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença provenientes do INSS (artigo 37, parágrafo 10 da Constituição Federal);

IV - Declaração de que não possui impedimentos à investidura em cargo público (artigo 22 da Lei nº 6174/70) e de que está em pleno gozo de seus direitos políticos (artigo 15 da Constituição Federal);

V - Declaração de ciência de que deverá comunicar ao Departamento de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná qualquer alteração que venha a ocorrer em sua vida funcional em desacordo com os itens citados nos incisos anteriores e com as demais determinações legais vigentes;

VI - Declaração de ciência de que prestar declaração falsa é crime, nos termos do artigo 299 do Código Penal Brasileiro.

Art. 2º As atividades nas bases de representação dos Parlamentares, são consideradas extensões dos respectivos gabinetes a fim de proporcionar a facilitação e otimização das atividades, em especial o atendimento da população interessada.

Art. 3º Entende-se como extensão do Gabinete Parlamentar a projeção deste fora das dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em Escritório ou Município onde ocorra a atuação dos Agentes Políticos, assessores ou secretários Parlamentares, a serviço dos Deputados Estaduais, uma vez que este Poder tem abrangência estadual.

Art. 4º As disposições previstas na presente resolução serão reguladas mediante Atos da Mesa Executiva, oportunamente editados.

Art. 5º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS  
ALEXANDRE CURI  
DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Considerando que, segundo Azevedo, em sua obra *Prática do Processo Legislativo* assevera que “o trabalho legislativo não se resume ao trabalho em plenário e reuniões. Que esse é um dos maiores equívocos na compreensão do Poder Legislativo. Que um plenário repleto de Parlamentares é uma visão bonita e confortante de se ver em dias de votação de matérias relevantes e polêmicas. Mas, no entanto, se o Parlamentar passar todas as suas horas de trabalho sentado em plenário, sua atuação será no mínimo medíocre e considerando ainda que:

A presente resolução tem como escopo principal a nomeação de servidores comissionados para exercerem funções nas extensões dos gabinetes parlamentares, tendo em vista, principalmente, que a atividade parlamentar não se restringe aos limites físicos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Muito mais do que isso, a atividade parlamentar deve se preocupar com a satisfação dos interesses da população paranaense, seu principal objetivo, razão pela qual, a atuação descentralizada do parlamento, através do mecanismo aqui regulamentado é de suma importância.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

**Capítulo I**  
Disposições Gerais

Art. 1º A divulgação de informações relativas à gestão orçamentária, financeira e fiscal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, exclusivamente para fins de acompanhamento e controle social, seguirá nesta resolução:

Art. 2º As informações a que se refere esta Resolução serão mantidas em seu respectivo Portal denominado Portal da Transparência, tendo por conteúdo as informações previstas nesta Resolução.

Art. 3º O acesso ao link especial denominado Portal da Transparência deverá ser efetuado por meio de atalho em imagem gráfica, conhecida como banner com identidade visual específica constante da página inicial do endereço eletrônico estruturado como <http://www.alep.pr.gov.br>.

Art. 4º As informações constantes do Portal da Transparência serão disponibilizadas de maneira gradual em até 120 (cento e vinte) dias, tendo em vista a implementação de estrutura técnica necessária à digitalização e migração de dados de modo a atender, prioritariamente, ao disposto no Capítulo II.

**Capítulo II**  
Do Conteúdo

Art. 5º O Portal da Transparência conterá informações sobre:

- I - Administração;
- II - Gestão Fiscal;
- III - Legislação e,
- IV - Dados Financeiros relacionados à atividade parlamentar.

Parágrafo Único. As informações acima enumeradas serão divulgadas nos termos previstos pelo artigo 39, parágrafo 6º da Constituição Federal de 1988, artigo 33, parágrafo 6º da Constituição Estadual, dos artigos 48, artigo 54 e artigo 55 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e ainda nos termos da Lei nº 4320/64.

Art. 6º As informações de que trata esta resolução não substituem publicação prevista em lei, nem divulgações em órgãos oficiais.

**Capítulo III**  
Da Apresentação e da Linguagem

Art. 7º As informações serão disponibilizadas ao cidadão de forma clara e poderão ser utilizados recursos de navegação intuitiva, concernentes ao conceito de acessibilidade, independentemente de conhecimento específicos de informática.

Art. 8º Todo o conteúdo técnico deverá ser precedido de texto introdutório e, sempre que possível, acompanhado por notas explicativas, na forma de dicas de tela.

Art. 9º As informações serão divulgadas na forma extensiva e decodificadas, com a utilização de linguagem simples e objetiva.

Art. 10. O Portal da Transparência conterá glossário com as definições, em linguagem acessível ao cidadão, de todos os termos técnicos empregados na apresentação das informações.

Art. 11. Os dados deverão ser apresentados com a respectiva fonte, contendo a data da última atualização.

**Capítulo IV**  
Disposições Finais

Art. 12. A critério da Assembleia Legislativa, por meio da comissão especialmente designada, poderão ser incorporados novos dados e informações ao conteúdo definido no Capítulo II, desta Resolução, para fins de aprimorar a qualidade das informações postas à disposição da população, de forma a permitir ao cidadão, análises mais abrangentes sobre a gestão dos recursos públicos.

Art. 13. As disposições previstas na presente resolução serão reguladas mediante Atos da Mesa Executiva, oportunamente editados.

Art. 14. Essa resolução entra em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação, tempo mínimo necessário à adaptação das estruturas internas e de treinamento de pessoal.

Sala das Sessões, em 02/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS  
ALEXANDRE CURI  
DURVAL AMARAL

**JUSTIFICATIVA:**

Considerando que, segundo Azevedo, em sua obra Prática do Processo Legislativo assevera que “o trabalho legislativo não se resume ao trabalho em plenário e reuniões. Que esse é um dos maiores

equivocos na compreensão do Poder Legislativo. Que um plenário repleto de Parlamentares é uma visão bonita e confortante de se ver em dias de votação de matérias relevantes e polêmicas. Mas, no entanto, se o Parlamentar passar todas as suas horas de trabalho sentado em plenário, sua atuação será no mínimo medíocre e ainda.

Considerando o disposto no artigo 39, parágrafo 6º da Constituição Federal e no artigo 33, parágrafo 6º da Constituição Estadual os quais estabelecem que os Poderes publicarão anualmente os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Considerando que a Lei Federal nº 4320/64 estabeleceu normas de direito financeiro para elaboração e controle de orçamentos e balanços públicos, assim como sobre demonstrações essenciais à transparência e controle da Administração Pública.

Considerado que o diploma fiscal, Lei Complementar nº 101/00, instituiu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, no artigo 48, estabelece os instrumentos da transparência na gestão fiscal determinado que deles seja dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Por fim, considerando a necessidade de tornar públicas e transparentes as ações realizadas por esta Casa, no âmbito de suas funções constitucionais, também assim de seus membros, no exercício de suas atividades parlamentares.

A Comissão designada para a elaboração de proposta de estudo da transparência dos atos da Assembleia Legislativa propõe a apreciação do presente projeto de resolução que trata da criação do canal de divulgação de informações por meio eletrônico de dados - rede internet - denominado Portal da Transparência.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno dessa Casa, a seguinte resolução:

Art. 1º Fica acrescido ao artigo 1º da Resolução nº 003/04 os seguintes parágrafos:

“§ 1º Fica vedado ao Deputado Estadual licenciado, nos termos do artigo 76 do Regimento Interno desta Casa, o recebimento da presente verba de ressarcimento.

§ 2º Os gastos com o combustível, previsto no *caput* do presente artigo, não poderão ultrapassar 30% (trinta por cento) da Verba de Ressarcimento, sendo o referido percentual não acumulável.

Art. 2º Fica acrescido o artigo 1º - À Resolução nº 003/04, nos seguintes termos:

“Art. 1º - A - Ficam ainda albergadas pela Verba de Ressarcimento prevista no artigo anterior as despesas com;

I - contratação, para fins de apoio à atividade parlamentar, de consultoria, assessoria, pesquisa, trabalhos técnicos, executados por pessoas físicas ou jurídicas;

II - divulgação da atividade parlamentar, desde que não caracterize gastos em campanha eleitoral, exceto nos 90 dias anteriores à data da eleição em que o Deputado seja candidato a outros cargos ou em que o cargo de Deputado Estadual estiver em disputa, independentemente de o Parlamentar estar concorrendo às eleições;

III - aquisição e locação de softwares e hardwares e demais equipamentos e componentes de informática, assinatura de provedor de acesso à internet e de sistema com banco de dados informatizado e hospedagem de sítio na rede mundial de computadores;

IV - assinatura de periódicos, publicações e clippings, TV a Cabo ou similares;

V - Locação de móveis e equipamentos;

VI - Serviços de Segurança, prestados por empresa especializada;

VII - Trabalhos relativos à promoção de eventos.

§ 1º As referidas despesas devem estar diretamente relacionadas com o exercício do mandato parlamentar.

§ 2º Será objeto de Ato da Mesa Executiva, a regulamentação que determinará, entre outras, a forma de classificação das despesas, discriminando valores e CNPJ ou CPF dos prestadores dos serviços a fim de que os mesmos sejam divulgados no Portal da Transparência da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 3º Fica acrescido à Resolução nº 003/04 o artigo 7º-A, que contará com a seguinte redação:

Art. 7º-A - Estabelece, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a cota transporte aéreo e terrestre para o exercício da atividade parlamentar, nos termos do artigo 27 da Constituição Federal, combinado com o quanto disposto no Ato da Mesa da Câmara dos Deputados de número 4, de 15/03/07, a ser disciplinada mediante Ato da Mesa Executiva.

Art. 4º O artigo 8º da Resolução nº 003/04 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º O Deputado Estadual fará jus a uma cota postal-telefônica mensal, destinada à cobertura de gastos com telefonia e correspondência, nos termos do artigo 27 da CF/1988, combinado com o quanto disposto no Ato da Mesa da Câmara dos Deputados nº 072, de 14/12/05, a ser disciplinada mediante Ato da Mesa Executiva.

Art. 5º As demais despesas, cotas e auxílios previstos na Resolução de nº 003/04 e na presente Resolução serão objeto de regulamentação por ato da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



Art. 6º Fica revogado o artigo 9º da Resolução nº 003/04.

Art. 7º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que, segundo Azevedo, em sua obra *Prática do Processo Legislativo* assevera que “o trabalho legislativo não se resume ao trabalho em plenário e reuniões. Que esse é um dos maiores equívocos na compreensão do Poder Legislativo. Que um plenário repleto de Parlamentares é uma visão bonita e confortante de se ver em dias de votação de matérias relevantes e polêmicas. Mas, no entanto, se o Parlamentar passar todas as suas horas de trabalho sentado em plenário, sua atuação será no mínimo medíocre e considerando ainda que:

Visando atender aos interesses da população paranaense, e adequar os trabalhos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná à sua principiologia que busca a moralidade e transparência de seus trabalhos, a presente alteração vem promover as modificações da Resolução 003/04, no sentido de delimitar os benefícios concedidos aos Parlamentares.

Nesse sentido, podemos citar a limitação da verba utilizável com combustíveis a 30% (trinta por cento) de maneira não acumulável e ainda a inserção de dispositivos no sentido de clarificar os trabalhos e gastos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através de uma novidade motivadora, que é o Portal da Transparência desta Casa, onde constarão os valores e classificação das despesas, de maneira detalhada e individualizada para cada Deputado e ainda o CNPJ ou CPF dos fornecedores à Assembleia, demonstrando assim, o comprometimento deste Poder Legislativo com a população paranaense.

Ainda, considerando o quanto disposto na Constituição Federal, em especial o artigo 25 e seguintes da CF/88, os Estados devem ter seu Poder Legislativo regulado conforme ditames da Carta Magna, observados os limites a que estão sujeitos.

Os limites estão descritos no artigo 27 da CF/88, e em suma asseveram que o subsídio dos Deputados Estaduais não deve superar o teto de 75% do subsídio dos Deputados Federais.

Porém, não há qualquer limitação no que tange a prerrogativas, incentivos e auxílios concedidos aos Deputados Federais, sendo que, tendo em vista o princípio da simetria entre os poderes federal e estadual, tem-se que é permitido, senão salutar, conceder aos Deputados Estaduais as mesmas prerrogativas e direitos concedidos aos Deputados Federais, respeitados os limites impostos pela Constituição Federal e já mencionados na presente justificativa.

Considerando o disposto acima, podemos citar a criação das cotas postal-telefônica e de transporte terrestre e aéreo, proporcionando assim a individualização dos gastos, facilitando o acesso a clareza dos mesmo.

Tecnicamente, por fim, devemos ainda mencionar a revogação do artigo 9º tendo em vista sua perda de objeto em face da nova redação do artigo 8º que abrange ambos institutos.

A Comissão designada para a elaboração de proposta de estudo da transparência dos atos da Assembleia Legislativa e da Resolução nº 003, de 15/03/04, propõe o presente projeto de resolução que trata da regulamentação da verba de ressarcimento concedida aos Parlamentares no exercício de suas funções.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Jocelito Canto.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sra. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores que acompanham pela nossa TV SINAL.

Hoje, ao sair lá de Ponta Grossa, agora há pouco, tão logo terminei o meu programa de rádio, recebi a visita de um senhor de 74 anos, que todos os dias, além de nos ouvir pelo rádio, ele assiste a TV Assembleia e nos cumprimentava, que ele nunca tinha visto e acompanhado uma Sessão Plenária da Assembleia.

Ele foi lá na garagem hoje, mora na Santa Maria, exatamente para nos cumprimentar, porque acompanha, aos 74 anos, ele estava contando nos mínimos detalhes o que ocorre aqui na Assembleia.

Ele foi às 8h, quando termina o programa, exatamente para dizer que todos os dias assiste, que ele nunca tinha acompanhado um debate e acha muito salutar o debate entre os Deputados, acompanha o que cada um está fazendo. Achei fantástico um cidadão de 74 anos, um senhor já vivido, que todos os dias assiste a nossa Sessão aqui. Um abraço a ele, que deve estar acompanhado certamente, hoje também, o “seu” Zé. Ele que gosta de ver o que os Deputados estão fazendo. Isso é bacana. É uma pena que, infelizmente, não registrem essas coisas boas que algumas pessoas mais simples acabam percebendo.

Hoje queria falar sobre um assunto que acho que é muito importante, Deputado Belinati: essa minirreforma. Ao fazer a propaganda matinal de uma das empresas que eu anuncio, que é a Farmácia Nissei, que é patrocinadora do meu programa, fiquei surpreso. A propaganda começa dizendo, citando a lei aqui da Assembleia, o decreto, e dizendo que ela, a partir de agora, está dando os devidos descontos, como determina a minirreforma. Então a pro-

paganda que eu fiz no rádio hoje, Sr. Presidente é exatamente uma propaganda boa, fiquei até feliz ao ser surpreendido com a propaganda. Pensei: será que foi alguém da minha assessoria que colocou isso aqui? Na verdade era a propaganda da Nissei, que está em todo o Paraná hoje, anunciando que está se adaptando e está concedendo os descontos previstos na lei que entrou em vigor agora.

Então, para aqueles que não acreditavam, aqui está um primeiro passo, é mais um trabalho que acho que chega à população, principalmente a população mais simples, porque quando você fala de remédio, você está tratando das pessoas mais simples, cuidando das pessoas mais humildes.

Fiquei surpreso e feliz sabendo da consciência desse grupo empresarial, que ao contrário dos outros, não está questionando se vai fazer ou não, ele fez. Alguns questionam. Ele usa como tema da reforma a sua propaganda no rádio. Usa a lei, cita a lei. Está aqui, a partir de hoje, a Nissei cumpre rigorosamente a lei e está dando os descontos previstos na lei.

Acho que essa é uma notícia boa ao povo que está em casa nos acompanhando e acho que temos que valorizar o empresário que faz isso, porque a intenção da reforma, quando se fez a minirreforma, a idéia era justamente essa, de se conseguir baixar alguns produtos, que são os produtos mais próximos do povo. E quando você vê um empresário, como é o grupo Nissei hoje, que está no Paraná inteiro e que, na verdade, não é só mais uma farmácia, mas sim um mercado, essas grandes farmácias são, na verdade, pequenos ou grandes mercados que trabalham dia e noite, porque se você precisa de algo de madrugada, se você precisa de um leite tem, se você precisa de um refrigerante tem, e tem remédio.

Então, finalizando queria deixar esse registro aqui e cumprimentar esse grupo paranaense, o grupo Nissei. Cumprimento e aproveitamento para fazer uma propaganda aqui às pessoas que estão assistindo: valorize o empresário que está cumprindo a lei. Vamos valorizar o empresário que está cumprindo a lei, porque é uma lei feita nesta Casa e que chega até o estabelecimento já no primeiro dia, e não aquele que vai fazer conta para ver quanto é. Valorizem o empresário que já está dando exemplo e que pega a sua propaganda institucional, a sua propaganda de todos os dias e diz que a sua empresa está cumprindo uma lei que é para baixar os preços. Esse é um bom empresário, e não é aquele que faz de conta. Esse faz acontecer.

Então, aproveito este meu horário para cumprimentar o Grupo Nissei, as Farmácias Nissei, e dizer que outros devem seguir esse exemplo, porque na atual situação em que estamos hoje, é preferível vender mais, ganhar menos, mas ter o cliente lá dentro.

Era isso, Sr. Presidente.

Parabéns ao Grupo Nissei por valorizar uma lei, uma iniciativa do Paraná que vai ao encontro do nosso povo!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

### ***Deputado Reni Pereira (PSB)***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Deputados, Deputadas e imprensa aqui presente.

Quero comunicar aos Deputados que acabei de protocolar na Mesa da Assembleia um pedido de anexação do Projeto de Lei nº 502/08 ao Projeto de Lei nº 079. Por que isso? Porque o Projeto de Lei nº 502/08 também trata de um piso estadual, o piso estadual dos trabalhadores da Educação, aquele que foi retirado por 10 Sessões no dia 10 de dezembro. Já teve 10 Sessões e acho que como ambos são mensagens do Governador, ambos estabelecendo um piso mínimo, é lógico que aproveitamos a oportunidade e votamos junto.

Então, quero pedir o apoio dos Deputados, até para mostrar coerência. Já que estamos votando uma mensagem de salário-mínimo regional, vamos também votar aquela mensagem que está aqui há quase seis meses sem votarmos, dos professores do Paraná. E gostaria, Deputado Tadeu Veneri, V. Exa. que é o único membro do PT aqui, de contar com o apoio da Bancada do PT, do Professor Lemos, que representa a APP, e de todos aqueles manifestantes que estiveram aqui pressionando para votarmos o salário-mínimo regional, que eles também venham aqui, e acho que não precisa de pressão neste caso, mas como eles queriam pressão no salário-mínimo, mostrar a mesma coerência em relação aos trabalhadores da Educação.

Então, é um pedido que já está protocolado na Mesa. Peço o apoio dos Deputados e peço principalmente à Mesa para que faça a anexação para que possamos votar as duas mensagens de forma conjunta. Era esse o pedido!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk

### ***Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)***

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores telespectadores.

Inicialmente, peço desculpas porque, de fato, estava inscrito como segundo orador, na manhã de hoje, mas me faltava o nome da pessoa que me solicitou esse pronunciamento. Como não quis confiar em minha memória, Deputado Bier, preferi, voltar ao meu gabinete, pegar o e-mail da referida pessoa para falar sobre o assunto. Ainda estou um pouco ofegante, mas estou aqui, Deputado Valdir Rossoni.

Tenho tentado, ao longo desses três mandatos que os paranaenses me confiaram, ser um Parlamentar extremamente acessível, pois penso que das necessidades de um homem público é imprescindível que esse seja extremamente de fácil acesso. Já tinha essa facilidade, até pela minha vida sacerdotal e pastoral de atender todas as pessoas indistintamente, e trouxe para a vida pública e parlamentar esse ato que tenho preservado. Várias pessoas conversam comigo, vindo ao meu gabinete, ou ao me encontrarem nas “n” tarefas do dia a dia e principalmente por meio da internet, porque tenho oferecido essa prerrogativa ao eleitor, ao cidadão paranaense, de tantas quantas vezes ele julgar necessário falar comigo pode fazer pela minha página na internet, que é o [www.pastoredson.com.br](http://www.pastoredson.com.br).

E das centenas de mensagens que recebo por dia, mensagens ora criticando, ora sugerindo, ora opinando a respeito da vida parlamentar, da ação do Deputado, em especial tem uma que diz respeito a mim como Deputado de Curitiba e também da Região Metropolitana, como bem todos os demais Parlamentares que atuam nessa mesma área.

Eu pedi permissão para o cidadão em pauta para poder me pronunciar e citar o nome dele. O e-mail é do Sr. Marcelo Costa. Ele enviou esse e-mail para vários Parlamentares e enviou para alguns Parlamentares da Cidade de Colombo, creio que para todos. Eu tive felicidade de conseguir fazer o retorno e me colocar, junto com os demais Pares que defendem a mesma causa, as nossas ações, os nossos mandatos a favor de sua reivindicação.

Diz o Sr. Marcelo Costa em sua mensagem:

(Lê):

*Bom dia, Srs. Deputados, aqui quem escreve é um eleitor, contribuinte, trabalhador, usuário do transporte coletivo, paranaense, que está no aguardo do início das atividades do Terminal de Transporte Coletivo de Roça Grande, em Colombo.*

*Este terminal já está pronto há muito tempo e só aguarda um acordo entre a Prefeitura de Curitiba e a COMEC. Srs. Deputados que defendem a Linha Verde, o porto de Paranaguá, com tanta veemência, por favor defendam o nosso Terminal de Roça Grande em Colombo, na Rodovia da Uva, para que ele inicie as suas atividades. Não tenho carro, e além de precisar de ônibus, preciso da integração do transporte. Desde já agradeço a sua atenção.*

*Caso puderem responder este e-mail, já agradeceria muito. Grato.*

Assinado Marcelo, que é eleitor, contribuinte, trabalhador e usuário do transporte coletivo, um cidadão que pede socorro.

Tenho certeza que há um interesse muito grande, Deputada Beti Pavin, indistintamente de todos nós Parlamentares, principalmente os que atuam na Região Metropolitana e possuem o seu eleitorado concentrado também na Cidade de Colombo. E creio que, tantas e quantas vezes, o Legislativo interage com as mais diversas situações, os

mais diversos temas, as mais variadas reivindicações da sociedade, acredito que essa participação ativa da Assembleia Legislativa passa a ser extremamente positiva para reforçar o clamor, o apelo de um cidadão que, embora tenha sido o único a mandar uma mensagem abordando esse tema, retrata as milhares e milhares de pessoas que se veem na mesma necessidade, carentes desse benefício, e faz jus ao seu direito como contribuinte, como cidadão de requerer, o mais breve possível, a inauguração e a utilização desse terminal.

Por muito tempo na minha vida utilizei o transporte coletivo, sei muito bem o que é isso. E venho de uma Cidade onde a explosão demográfica é muito grande: São Paulo. Eu sou paulistano, tive que muitas vezes estudar ao final de uma jornada longa de trabalho e pegava aquelas condições terríveis, verdadeiras latas de sardinhas.

Então, quero, em nome da Assembleia Legislativa, em nome dos Parlamentares que a compõem, em especial em nome dos Parlamentares que têm residência no Município de Colombo, e dizer que todos nós queremos, sim, que o mais breve possível, passe a funcionar. Por isso, já foi providenciado um requerimento à pessoa do Governador, um requerimento à Secretaria competente, inclusive à COMEC, para que nos deem explicações do cronograma, da previsão de quando esse tão esperado terminal poderá funcionar. Acredito que com isso a sociedade de Colombo, os colombenses, irão agradecer, bem como todos aqueles que utilizarão esse terminal e que já utilizam o transporte coletivo, integrando, portanto, a Cidade de Colombo ao Município de Curitiba e demais municípios da Região.

E faço aqui um apelo para tantas quantas pessoas estiverem engasgadas, tiverem o grito de socorro engasgado em suas gargantas, que sintam-se à vontade para interagir com a Assembleia Legislativa, para criticar, para sugerir, para dar idéias. É essa a intenção de todos nós, a exemplo de tudo que tem sido feito, desde que eu vim para esta casa de modernidade, de modernismo e de mecanismos para que a sociedade interaja com este Poder.

É o registro que faço, agradeço e desejo a todos um ótimo dia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito é o Deputado Antonio Belinati.

### **Deputado Antonio Belinati (PP)**

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Deputada Rosane, Deputada Luciana, telespectadores que acompanham as Sessões da Assembleia através da TV MERCOSUL e da TV SINAL e visitantes.

Nobre Presidente, hoje tem a abertura da Exposição Agropecuária Industrial de Londrina, que espera receber um público de aproximadamente 450 mil pessoas. É um dos maiores eventos populares do Sul do País, muitas autoridades estarão em Londrina prestigiando essa grande feira, que vai mobilizar milhares de pessoas que nela trabalham.

Aproveito para registrar a presença entre nós do jornalista Fernando Parracho, da RPC, é um grande profissional. Em uma das eleições para Prefeito de Londrina foi o jornalista Fernando Parracho que coordenou o debate do qual participamos, em Londrina. Independente desse trabalho dele em algumas eleições, como mediador vemos o brilho, o bom desempenho do Fernando Parracho, como um repórter padrão Globo, nacional, e que por muito tempo militou em Foz do Iguaçu e hoje está em Curitiba.

Sr. Presidente, no caso do DETRAN continuam chegando reclamações a esta Casa de Leis. É lamentável a fila de espera, a demora, para o cidadão, para a cidadã, para os contribuintes serem atendidos, às vezes, para tirar a primeira carteira de habilitação ou para renová-la. Há uma fila de espera grande para um simples exame de vista. Se o cidadão está com a sua carteira de habilitação vencendo ou vencida e precisa desse documento, para uma viagem de turismo, de passeio, mas a grande maioria precisa do documento também para poder exercer o seu trabalho profissional, é um prejuízo grande uma dor de cabeça, é um aborrecimento terrível.

É aquela visão que temos, que o Governo só pensa em arrecadar dinheiro do povo, imposto, imposto e mais imposto. Qual é a contrapartida do Governo? Tanto no Governo Estadual, como no Governo Federal, tem sido um desrespeito aos contribuintes.

A Receita Federal precisa fazer concurso, admitir novos funcionários ou nomear quem já foi aprovado em algum concurso, porque está um absurdo. Não é culpa do funcionário da Receita Federal, mas tem gente chegando de madrugada para requerer uma certidão. Muitas vezes se esgota a quantidade de gente para ser atendida e a pessoa é informada que deverá voltar em um outro dia e enfrentar uma nova fila. São documentos que, às vezes, são de caráter urgente na Receita Federal. Há um mau atendimento por falta de mais funcionários na Receita Federal, no DETRAN do Paraná, com essa demora que a pessoa seja atendida, na habilitação, para tirar a primeira carteira de motorista, ou para renovar, ou para fazer o exame de vista.

O mesmo problema está acontecendo também no Instituto de Identificação, com uma demora enorme para que a pessoa consiga o seu RG. Quem não tem RG praticamente não é cidadão, infelizmente, porque ele não pode viajar, pegar um ônibus e às vezes, na falta do documento, ele pode ir até preso.

Você vê em algumas Cidades como Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, a pessoa enfrenta um fila grande para tirar o RG e de repente tem que esperar um ou dois meses, porque vem para Curitiba e é aquela burocracia. Não estamos mais na era da burocracia, estamos na era de simplificar e facilitar. Não custa

barato e não é caridade, esmola, favor ou cortesia. O Governo tem obrigação de melhorar o atendimento à população. Seja no Governo Federal, Estadual, no Instituto de Identificação, no DETRAN ou até mesmo na execução de obras públicas, onde faltam funcionários.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

Vimos ontem na RPC aquele fato chocante para o Paraná, onde crianças estudam em uma cela de Delegacia de Polícia e a Prefeitura está debitando para o Governo do Paraná. Novamente a burocracia e a má-vontade. “Criança não vota, por que cuidar dela? “Eles pensam. Ela não vota, mas tem que ser tratada com respeito e dignidade. Parece que quem não vota o tratamento é de quinta categoria.

No caso do Instituto Médico Legal, imaginem alguém que perde um filho, no calor da mocidade, vítima de assaltante, da violência no trânsito. A pessoa leva um choque, um trauma, se descabela com a notícia. Quando é uma doença grave, a família sofre, mas ela vai se preparando para o pior.

Morto e criança não votam, e novamente o descaso e o desrespeito com o nosso povo. É preciso que as nossas autoridades se conscientizem do respeito que elas devem dar a todo cidadão. Todos os cidadãos são merecedores, por direito. O imposto é pago para isso, para que eles sejam muito bem atendidos, em qualquer momento, em qualquer circunstância da vida.

### **O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

V. Exa. permite-me um aparte?

**(Assentimento)**

Contribuir com V. Exa. no que se refere ao IML. Acho que V. Exa. tem razão, e costume dizer que é o lugar mais triste de uma Cidade não é cemitério, que é um lugar de boas lembranças, até nos momentos difíceis. A família é chamada e convocada, em qualquer momento recebe um telefonema para ir ao IML, para reconhecer um corpo. É o lugar mais difícil de uma região, porque esses IMLs estão localizados nas regiões polo do Estado do Paraná.

O primeiro erro nosso: ter mais IMLs no Paraná e não apenas o que temos hoje. Por outro lado está acontecendo um trabalho bom, só que é um pouco demorado. V. Exa., que já foi Prefeito, sabe que lidar com médico não é fácil, principalmente os do sistema público. Existe um trabalho que está sendo feito pelo pessoal ligado ao Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar assumiu, os interventores assumiram o IML do Paraná. Eles estão fazendo um sacrifício tenho acompanhado e, às vezes, me deparo com algum problema e tenho falado muitas vezes, até de madrugada. Eles estão tendo uma boa vontade impressionante, como acho nunca havido na história, na tentativa de melhorar o Instituto Médico Legal. Algumas viaturas estão sendo compradas, algumas sedes serão reformadas.

Dizer que V. Exa. tem razão, mas esse grupo de pessoas ligadas ao Corpo de Bombeiros, aqueles valerosos policiais, que são um exemplo no SIATE, os paramédicos, estão tentando, aos poucos, melhorar o Instituto Médico Legal. Tão logo se resolva o problema do concurso público - houve um problema judicial, alguém recorreu - não tenho dúvida que teremos melhorias. Acho que esse pessoal merece a oportunidade de, aos poucos, arrumar aquilo que nunca funcionou.

Parabéns a V. Exa.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, Deputado Jocelito. Agradeço as palavras de V. Exa.

Imaginem uma família, um pai e uma mãe, que está dormindo e de repente são acordados com a notícia, que o corpo do seu filho está no Instituto Médico Legal. A família chora, em prantos, desesperados. Aqui no Paraná, esta família tem que esperar três, quatro dias para o corpo ser liberado. No fim de semana, nem pensar. Eu não sei quantos IMLs estão funcionando no Paraná. É até uma falha minha, mas gostaria que os representantes do Governador Roberto Requião, nesta Casa, nos informassem, porque tenho impressão que o Paraná não tem 10 IMLs. Me penitencio por eventual falha.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Seu pronunciamento tem sentido em favor do bom atendimento do IML, porque sabemos, não sei se no Brasil, mas no Paraná a grande maioria é péssimo. Mas lá na minha Cidade, Foz do Iguaçu, indicamos o chefe do IML, e o trabalho lá é perfeito, tenho conversado muito com os médicos. Eles levantam de madrugada para fazer aquele processo para liberar o corpo, e o corpo é liberado a qualquer hora do dia ou da noite. Lá em Foz do Iguaçu o recinto é muito bom, porque antigamente não dava nem para entrar. Posso garantir a V. Exa. que lá em Foz do Iguaçu, funciona a contento. Sabemos que em outras Cidades é muito precário. Inclusive em Curitiba recebemos muitas reclamações. Mas é preciso que nós, nesta Casa, nos pronunciemos e pressionemos para que todos atendam bem, porque é obrigação e o Governo tem que atender, realmente. E o Governador tem falado nisso, novamente. Ele diz que sabe e quer dar um bom atendimento.

Então, acho que seu pronunciamento contribui e muito para que todos atendam bem, como é no caso de Foz do Iguaçu.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, Deputado.

Era este, Sr. Presidente, o nosso pronunciamento. Na expectativa, portanto, de que todos os segmentos públicos possam ter funcionários em quantidade suficiente. Funcionários devidamente preparados, funcionários bem remunerados para o trabalho que cada um desenvolve.

Mas, acima de tudo, volto a repetir, não é caridade, não é esmola, não é favor, não é gentileza, não é cortesia do Governador Roberto Requião ou de quem estiver governando o Paraná de atender bem os contribuintes. É dever de nossas autoridades, dever que, infelizmente, muitas vezes merece crítica, merece reparo, no sentido de que seja melhorado esse atendimento, que infelizmente deixa muito a desejar. Merece muita crítica o que ocorre hoje no DETRAN, no IML e também no Instituto de Identificação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

**Deputado Tadeu Veneri (PT)**

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não iria comentar no dia de hoje o início deste processo que falei com o Deputado Durval Amaral, a respeito da publicação dos funcionários da Assembleia Legislativa. Mas, acho que é importante que façamos uma reflexão. Nós demos, sem dúvida nenhuma, o primeiro passo e o mais importante. Digo isto porque há bastante tempo vínhamos insistindo para que algumas ações fossem tomadas, e elas estão tomadas.

Digo também que eu, particularmente, me sinto contemplado quando vejo que com todos os questionamentos - e eu falava isso na parte da manhã com uma pessoa que me perguntou: "Como vocês têm 30, 40, 50 pessoas por gabinete?" É preciso que se esclareça que não é uma conta linear que se faz, até porque não temos 54 gabinetes aqui na Assembleia Legislativa. Temos 54 gabinetes de Deputados, temos as lideranças, a Mesa Diretora, as comissões. Esta não é a conta fundamental.

O que me parece fundamental é começarmos a fazer um processo que vem, ao mesmo tempo, ao encontro do que a sociedade tem cobrado nos últimos anos e também para que possamos, a partir destes modelos, e isto também é papel da Assembleia Legislativa, fazer publicamente cobranças para que os outros Poderes tenham a mesma iniciativa.

O Poder Judiciário tem a prerrogativa, tem seus momentos, tem seu tempo, mas também tem a mesma obrigação que nós de relacionar todos os servidores do Poder Judiciário, independente se vai discriminar, se está nesta ou naquela jurisdição, neste ou naquele local. Mas, acho que o Poder Judiciário também tem esta obrigação; assim como faz o Poder Executivo, e espero que continue fazendo nos próximos Governos; assim como tem também o Tribunal de Contas, o Ministério Público, todos têm obrigação de cumprir a Constituição.

Então, acho que há alguns equívocos, algumas críticas. É o processo normal. Falava com o Deputado Durval Amaral, hoje, que na verdade o que nós pegamos é a "quebrada da onda". Há muito existe um processo represado na sociedade de buscar estas informações.

Não só na Assembleia Legislativa. No Congresso Nacional, nas Câmaras de Vereadores, no Senado, estamos vendo o número de diretores: diretor de garagem, diretor de check in, diretor de diretoria. Quer dizer, este processo é saudável.

Estou fazendo isso, e o Presidente sabe que sempre fui um crítico a determinadas situações aqui dentro. Acho que este processo é saudável, positivo. Vamos sofrer críticas? Não tenham dúvidas! Estamos sofrendo? Não tenham dúvidas! Vamos dizer que temos 54 funcionários por gabinete. E hoje me perguntavam, ao sair de casa, às 7h30, se não havia vagas no nosso gabinete para colocar alguém.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Nem me cabe pedir aparte, Deputado, mas esta divisão, ou é maldosa, ou é burra. Prefiro ficar com a segunda hipótese: é burra mesmo!

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Eu falei isso hoje na parte da manhã para uma pessoa que me procurou, numa rádio. Eu disse: olha, ou vocês aprendem a fazer contas - com todo o respeito que tenho pela imprensa, e é devido - ou vamos ter uma situação sempre difícil para resolver. "Ah, é muito". Eu não entro no mérito se é muito ou se é pouco, se é o ideal. Cada gabinete tem ao seu dispor uma verba, e conforme o seu entendimento, faz a contratação. Além dos gabinetes, temos a presidência, a 1ª secretaria, a 2ª secretaria, a vice-presidência.

Acho que estamos avançando. Porque se não entendemos isso, entramos num processo de que tudo o que for feito, absolutamente tudo, é negativo. E como tudo é negativo, não se faz nada. Quero crer que mesmo com todas as críticas que venham a ocorrer, é preciso, sim, que este modelo seja cobrado, também.

O artigo 234 da Constituição Estadual, está na Constituição desde 1989, ou seja, há 20 anos. Não estamos falando de dois, seis meses e nem um ano atrás. O Presidente sabe disso. Eu fui ao seu gabinete na sua eleição aqui, há 20 anos, está na Constituição dizendo que os Poderes são obrigados.

O Governo do Estado do Paraná só publicou a relação dos seus funcionários há um ano, dois ou três anos atrás. O Tribunal de Contas, o Ministério Público, há muito pouco tempo passaram a fazer sua relação também. O Judiciário, não quero entrar no mérito, porque não sei se o Judiciário publica ou não. Mas, se não publica tem a obrigação de publicar. Este é um processo irreversível. E não é porque o Dr. Cláudio Abrahão, pelo qual tenho o maior respeito, que é coordenador da Transparência Brasil faz ou deixa de fazer críticas que isto vai ser mais ou menos rápido.

Este é um processo que é um ganho da sociedade. Não é um ganho deste ou daquele Deputado, deste ou daquele Poder. Não é um ganho da imprensa. É um processo que estamos amadurecendo, um processo natural da democracia.

É bom lembrar que no dia de ontem, de triste memória, porque falo do golpe militar do dia 31 de março. Mas, efetivamente, tomamos conhecimento dele no dia 1º de abril, que é o "dia da mentira". mas, no dia de ontem, temos que lembrar que há 45 anos sofríamos um golpe que nos proibiu de praticamente tudo. Tudo. Muitos aqui eram crianças, outros nem tanto. Mas, nos proibiu de praticamente tudo. Essa memória não pode ser esquecida, porque a impressão que dá é que estamos há 200 anos vivendo uma democracia plena, com toso os Poderes funcionando, e que a má-vontade está aqui dentro. Não é verdade! Ou preservamos com todos os seus erros, os valores que foram muito difíceis de serem conquistados, e mais do que preservamos, aperfeiçoamos esses valores, ou entramos num processo extremamente difícil de ser resolvido.

Qual é a outra alternativa? De não ter a Assembleia Legislativa, de não ter a Câmara dos Vereadores, o Congresso Nacional, com todos os seus defeitos.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

Tenho andado nas escolas, Sr. Presidente, aqui de Curitiba, e dito muito para os alunos de ensino médio: vocês podem fazer todas as críticas que quiserem aos Deputados, aos Governadores, aos Prefeitos, ao Presidente da República. Todas. Provavelmente muitas delas são devidas. Agora, só tem uma consideração que acho deve ser feita: ninguém vem a este espaço, sem que seja pelo voto. Felizmente. Porque depois do pacote de abril ninguém entra sem ser pelo voto. E não acho que cada povo tem o Governo que merece. Acho uma bobagem. Até porque estivemos 20 anos no regime militar e não merecíamos isso. Não foi o povo que quis. Fio uma parte minoritária que se utilizou do poder militar para dar um golpe de Estado, inclusive com apoio de forças externas, particularmente americanas.

O que temos que entender é que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná deu um passo importante. Falo isso, porque há dois anos e meio, fiz um pedido de informações aqui. Lembro que havia um questionamento que saiu a relação do enquadramento dos funcionários da Assembléia. O dia que fizemos esse pedido de informação parece que estava havendo um PDV na Assembleia, porque foi uma correria para a aposentadoria. Muitos procuraram se aposentar, inclusive alguns jornalistas famosos como o Fábio Campana, que é uma pessoa respeitadíssima. Outros também. Esse é um processo irreversível, não podemos olhar a história como se estivéssemos fazendo uma fotografia e essa fotografia fosse estática.

Não quero aqui absolutamente criticar, nem tenho o direito de fazer isso, mas entendo que estamos dando passos importantes para outras gerações. Não vamos ficar aqui 50 anos, vamos ter mudanças no Brasil. O Brasil está passando por um processo de mudança cultural,

política, social. É um processo que avança. O que vimos nesses seis anos e meio do Governo Lula, tem muitos erros, mas tem muita coisa que avança. O que vimos no Congresso Nacional, com todos os seus erros, mas com cassação de Deputados, com processos que trazem à luz situações do Congresso Nacional, era impensável há cinco anos. O que estamos vendo na Assembleia Legislativa, mesmo com as críticas, com o Ministério Público, com a Polícia Federal, é preciso que enfrentemos. O que não se pode é dizer que não está acontecendo nada e que tudo que acontece é ruim. Porque a partir daí não adianta fazer mais nada. Eu não sou partidário disso.

Temos que avançar? Claro que temos que avançar. Resolvemos tudo? Claro que não resolvemos tudo. Essa publicação que vamos ter nos diários, no portal, vão para a internet para que lá em Bituruna, Deputado Rossoni, pegando a sua Cidade, próximo da minha Cidade que é União da Vitória, lá em Bituruna, qualquer aluno, qualquer colégio, ou qualquer cidadão se tiver acesso - e hoje felizmente esse acesso está sendo mais fácil - a internet possa consultar os dados que entender que são necessários. Isso vai formando juízo melhora a política, melhora as nossas possíveis futuras gerações de políticos.

O que a Polícia Federal, com todos os erros também, mas eu não compactuo com as críticas do Ministro Gilmar Mendes, dizer que a Polícia Federal precisa de controle externo, o controle externo da Polícia Federal é uma ingerência que eu entendo extremamente perigosa. Não tem que ter nem controle do Governo Federal, porque se começar ter o controle do Governo Federal, só investiga aquilo que quer. Acho errado quando faz a relação, como fez a relação agora com alguns partidos e não coloca todos.

Claro que é errado, é equivocado, é precipitado. Não dá para transformar o que é para ser uma investigação policial, num linchamento político. Mas está avançando, e se começarmos a colocar freios, vamos ver que esses freios que estamos colocando não são para beneficiar; ao contrário, esses freios estão sendo colocados por aqueles que não querem que absolutamente nada mude.

Se há equívoco, vamos corrigir os equívocos. Agora, não dá para partimos do princípio que tudo que é feito é ruim, porque está sendo feito, porque se for assim é melhor fechar. Eu não sou partidário, absolutamente, como nenhum de nós é partidário, que o que vivemos durante 20 anos era melhor do que temos hoje. Com todos os erros, eu não estaria aqui com certeza, nenhum de nós estaríamos aqui. Aliás, nem a imprensa estaria aqui. Talvez nem a Transparência Brasil, se tivéssemos o regime que tínhamos e que infelizmente foi imposto há 45 anos.

Não estou colocando isso, de maneira alguma, como uma crítica a quem faz a crítica. Não é isso, mas é para refletirmos. Estamos avançando. Entendo que estamos avançando. Porque se queremos transparência, aqueles que querem transparência às vezes não têm transparência nem no seu espaço, nem no seu dia a dia.

Dias atrás uma pessoa me procurou e falou que era preciso dizer isso, isso e isso. Algumas coisas que ponderou que era preciso que fossem ditas. Olha, eu até diria que as pessoas que são responsáveis pela sua publicação, que publicassem; mas não permitirão, porque também serão atingidos.

Acho que essas coisas têm que ponderar, porque caso contrário parece que estamos sempre na contramão da história, quando na verdade estamos fazendo o contrário; estamos ajudando a construir a história com os nossos acertos e os nossos erros.

Obrigado.

O SR. RESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Durval Amaral, depois o Deputado Valdir Rossoni.

### ***Deputado Durval Amaral (DEM)***

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Quero cumprimentar inicialmente pelo pronunciamento do Deputado Tadeu Veneri, porque com certeza o pronunciamento de V. Exa, ficará registrado nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, como pronunciamento histórico. Pronunciamento de, quem sabe, quem viveu e de quem conhece o que foi o regime militar, quem lutou pela democracia, quem sabe que os avanços se conquistam todos os dias. Estamos avançando, Presidente, nessa batida forte, como muito bem V. Exa. já definiu. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nos últimos anos, eliminou todos os veículos dos Srs. Deputados; outros Poderes deste Estado não fizeram isso. Mas, nenhum Parlamentar mais nesta Casa tem veículo oficial. Outros Poderes do nosso Estado não fizeram isso.

A Assembleia Legislativa acabou com as Sessões Extraordinárias, com os jetons, perfeitamente legal. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná deu um exemplo e acabou com as Sessões Extraordinárias. V. Exa., a bem da verdade, com muitas resistências inclusive, implantou ou implementou o painel de votação da Assembleia, o painel eletrônico e todo e qualquer cidadão pode chegar e ter acesso à presença dos Srs. Parlamentares. Não que a presença dos Deputados no plenário seja espelho e reflexo para dizer da atuação parlamentar, porque se a presença no plenário dá uma foto bonita, não é isso que significa e que representa a atuação de cada um dos Deputados, nem só dentro da Casa, nem tampouco na extensão, que é no interior do Estado do Paraná.

V. Exa. implementou a TV SINAL e sei com que resistência a TV SINAL foi ao ar, e toda e qualquer Cidade, seja Ponta Grossa, ou outros rincões do Estado do Paraná, podem acompanhar a atuação de seus Deputados. Isso não é avanço?

V. Exa. me designou, juntamente com a sua pessoa, com o Deputado Alexandre Curi e com o Dr. Abib, nosso Diretor Geral, para avançarmos em um plano de

transparência para a Assembleia Legislativa, que já está pronto, já está protocolado, estará na Comissão de Constituição e Justiça na próxima segunda-feira, e não vou antecipar aqui o que é, mas posso dizer que será a Assembleia mais transparente do Brasil.

A imprensa, o Ministério Público, a sociedade e mais do que a imprensa, mais do que a sociedade, mais do que o Ministério Público, o Parlamento do Paraná colocou lá, no artigo 234 da Constituição Estadual. Não foi o Ministério Público que veio escrever, não foi uma ação popular que veio escrever, mas foram os Deputados constituintes que colocaram o artigo 234 da Constituição Estadual, dizendo que os Poderes deveriam divulgar, no mês de março, a sua relação.

Pois bem, os avanços se fazem todos os dias. Acontece que tem pessoas que são comprometidas com a exceção, com a ditadura, tem pessoas que são comprometidas com o avanço, tem pessoas que esperam diariamente que as coisas melhorem neste País, e tem pessoas que, na calada da noite, continuam acumulando riquezas fazendo obras públicas, recebendo concessões, ganhando dinheiro às custas do Poder Público, mas pintam como moralistas, e para mim, Deputado Valdir Rossoni e Deputado Nelson Justus, por trás de todo moralista, há um vício de caráter de profunda imoralidade. Todo moralista é, na sua essência, uma pessoa que tem perturbação no seu caráter e é um grande imoral, que na sua casa tem atividades inconfessáveis, que na sociedade critica o Poder Público, e na calada da noite pega uma concessão, pega uma obra pública, faz os acertos de bastidores.

Mas, não é isso que queremos. Nós queremos que a sociedade avance. Queremos dizer que o artigo 234, quem o colocou na Constituição foram os Deputados Estaduais do Paraná. Se não tivesse, não tinha como o Ministério Público cobrar, não tinha como ninguém cobrar. E essa análise simplista que vi estampada hoje me causa náuseas, porque seria a mesma coisa que chegar em qualquer empresa, seja ela privada ou pública, e dizer: qual é o faturamento da empresa? “São tantos milhões”. E qual é o número de funcionários? Daí, divide e fala: você trabalha em uma multinacional, fatura 1 bilhão, são 1 mil funcionários, você tem uma fortuna. Ora, qual é a empresa que não tem que ter uma estrutura para funcionar? É muito simplista, ou mal intencionado, ou ignorante, ou de burrice absurda! É aquela teoria: quanto pior, melhor. Olha, não é para isso que queremos avançar. Queremos avançar porque o Brasil precisa avançar, o Paraná precisa avançar, e não podemos mais ficar buscando no passado para justificar os nossos erros. Vamos olhar daqui para a frente.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do DEM***

Olha, fico imaginando, imagine só, Presidente, se fôssemos fazer um levantamento das grandes fortunas do Paraná. Tudo bem, a Assembleia tem prerrogativa para

isso, eu sou um legislador, aliás, sou muito mais um legislador do que talvez uma pessoa populista. Mas vamos lá, vamos buscar as grandes fortunas do Paraná: me diga uma grande fortuna no Paraná e lanço aqui um desafio, Deputado Fernando Carli, uma grande fortuna do Paraná que não foi feita à custa do erário público. “Ah, ganhei o dinheiro legalmente, fui lá e fiz a licitação e ganhei”. Uma grande fortuna do Paraná que não foi feita com obras públicas, que não foi feita em cima de uma concessão pública, estadual ou federal. Não tem. E se alguém tiver que me avise, porque eu preciso tomar conhecimento, porque não conheço.

As grandes fortunas do Brasil, vi um escândalo esta semana da tal empreiteira OAS (sic), que hipocrisia! De repente começaram a discutir os partidos, mas o dinheiro que foi depositado lá para a refinaria de Pernambuco, que era o objeto da investigação, R\$ 76 milhões numa única pancada, parece que todo mundo esqueceu! Primeiro, discutiram que os partidos de Oposição tinham levado alguma vantagem; aí, agora, que os partidos do Governo também levaram. Esta não é a essência! A essência seria investigar, depurar, desvestir aqueles que realmente desviaram 76 milhões, que era o objetivo do castelo de areia.

Então, começo a pensar: ou nós Parlamentares vamos legislar, ou seremos, sim, como disse aqui esse cidadão, Cláudio Abramo, de uma ONG, que o político tem que ser pressionado e tem que ser constrangido. Nós seremos pressionados e seremos constrangidos se não agirmos, se não investigarmos, se não legislarmos. Mas me parece também que nas palavras dele tem aquela teoria do fascismo, aquela teoria que coloca em risco as instituições democráticas deste País, e estamos vivendo um momento em que as instituições democráticas estão em risco, porque o Congresso Nacional não legisla, porque as Assembleias Legislativas não legislam, porque nos curvamos diante da ameaça de qualquer poderoso e não podemos mais aceitar isto.

Temos que reagir, temos que dar transparência e isto vamos fazer para até termos, Deputado Nelson Justus, a autoridade intelectual e moral para cobrarmos dos demais Poderes. Vamos procurar saber quanto é e como é que se gasta o dinheiro público, não só o que é gasto de maneira direta na manutenção da estrutura administrativa do Estado, mas vamos procurar saber por que é que essas Organizações Não Governamentais que batem com a mão durante o dia e a noite vão lá, sentam e recebem poluídos recursos públicos. Por que é que eles fazem isso? Por que é que essas ONGs estão recebendo recursos públicos e o próprio nome já diz Organização Não Governamental? Então, por que pode receber recursos públicos se é não governamental? E nós legisladores continuamos caladamente, veladamente aceitando essa hipocrisia da sociedade? Temos que dar um basta! Quer ser Organização Não Governamental, vá buscar recursos única e exclusivamente na iniciativa privada! Aí vai ter autoridade moral para criticar e para cobrar.



Sr. Presidente, se depender da minha vontade, faremos uma emenda constitucional a partir da semana que vem, vedando a transferência de recursos públicos no âmbito do Estado do Paraná, aí se incluindo os Municípios, a transferência a qualquer título de recursos públicos para as Organizações Não Governamentais e para as OCIPs. Vou preparar, vou colher as 18 assinaturas. Vamos discutir aqui, vamos desnudar o Poder Legislativo, com certeza absoluta, mas vamos acabar com a hipocrisia de concessionárias, de Organizações Não Governamentais, de grandes empreiteiros deste Estado que fazem obras gigantescas e maravilhosas às custas de serviço público.

Parceria público-privada. Que bonito, não é, fazer parceria público-privada! Quem corre o risco - e aqui o Governador não implementou, parabéns a ele - quem corre o risco é o Poder Público. Se der errado, o Poder Público paga a conta; se der certo, o sucesso é do empresário.

Então, gente, é um desabafo, me desculpem, mas temos, nobre Presidente, de avançar, e quero aqui louvar o Deputado Tadeu, discordamos em muitas ideias, em muitas mesmo, mas acho que agora, ou nós começamos e nos afinamos em tantas outras também, ou começamos a fazer valer as nossas prerrogativas como legisladores, ou começamos a fazer valer a nossa prerrogativa de fiscalizar, ou nós, efetivamente, não conseguiremos sair nas ruas.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero cumprimentar inicialmente o Deputado Tadeu Veneri, pelo seu pronunciamento, pelo seu equilíbrio, e mais uma vez cumprimentar o Deputado Durval Amaral pela maneira inteligente, correta, e agradecer não só pelo seu pronunciamento, mas agradecer pela maneira com que V. Exa. tem nos ajudado nesta Casa.

Quero fazer uma confidência, Deputado Valdir Rossoni. Hoje pela manhã, às 7h, quando fui praticar esporte com meu filho, no carro, ele com dois jornais na mão, disse: "Pai, adiantou alguma coisa publicar a tal da lista?" Disse: filho, adiantou e muito. "Ah, mas eles continuam batendo do mesmo jeito." Disse: filho, eu não publiquei a lista para eles, eu publiquei para mim, para a minha consciência e a consciência dos 54 Deputados. Estou me lixando para este, ou aquele, ou aquele outro. Tenho que estar preocupado com a minha consciência e com os Deputados que me elegeram aqui. Para isso valeu a pena, sim. Vamos jogar o nosso tênis e deixar de jogar conversa fora.

Então, minha gente, segue o baile.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni. Parabéns, Deputado Durval Amaral, parabéns, Tadeu Veneri, são momentos como este que dignificam este Plenário e que podemos dizer que vale a pena, realmente, lutarmos para sermos Deputados.

Disse muito bem o Deputado Tadeu Veneri: ninguém chegou aqui por herança, por sorteio, por nomeação. Nós passamos por um vestibular de quatro em quatro anos, e quem não passar nesse vestibular não senta aqui nesta cadeira.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

### ***Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Meu caro Presidente Nelson Justus, depois de dois pronunciamentos tão bem posicionados, vai ser difícil eu entrar no assunto, mas eu percebo, Deputado Nelson Justus, e quero aqui pensar que o cidadão que está sentado lá na sua casa, de repente assistindo a TV Assembleia, imagina o Poder Judiciário transparente. Todos sabem da minha luta nos últimos seis anos aqui, junto com meia dúzia de Parlamentares, fazendo Oposição ao Governo Requião, apontando o que eu considero equívocos, o que eu considero erros.

Vamos nos imaginar aqui há 20, 30 anos. Isto era possível? Alguém tinha a coragem de vir aqui desafiar o Poder e desnudar o que você acha que está errado? Quantas denúncias eu trouxe aqui nesta tribuna que certamente, no passado, não passavam dessas quatro paredes. Não tinha a TV Assembleia, não tinha jornal, mas acho que estamos chegando num momento importantíssimo.

Primeiro, vejo as atitudes que estão sendo tomadas pelo Presidente. Ah, mas alguém acha que é moroso, que é devagar, que teria que já ter acontecido. Tudo isso é discutível, mas o importante, acho que temos que criar um clima para podermos ser Deputados.

O que me assusta da nossa democracia, Deputado Pugliesi, é muito melhor termos a democracia do que não termos liberdade de imprensa. A imprensa é livre, tem toda liberdade de criticar. Agora, vejo algumas coisas absurdas. Pegou-se uma mania e isso ficou moderno. Então, o cidadão lê uma notícia, logo depois da notícia, a pessoa tem 22, 23, 25 anos, não tem 50 anos de vida pública, porque cá para nós, eu tenho 30 anos de vida pública e acho que não sei tudo ainda. Você imagina uma pessoa que tem o poder do microfone. Eu ouvi agora a chacota que uma jovem radialista fazia, a forma como ela falava. Ela não desrespeitava os Deputados, porque não me sinto desrespeitado por ela, de forma nenhuma, ela desrespeita a família, desrespeita o poder. Talvez ela queira a ditadura. Fecham-se as portas, vem um caminhão de dinheiro para dentro da Assembleia e nós vamos fazer a "farra do boi" aqui, gastar dinheiro sem transparência.

Não vou citar o nome porque acho que essa pessoa vai saber a quem estou me referindo. É de uma das duas rádios que fazem comentários políticos, da CBN ou da Band News. Peço para essa jovem menina que recorde do meu pronunciamento de hoje, daqui a 30 anos, quando ela for avó, quando ela tiver uma família constituída, quando ela tiver filhos, quando ela tiver netos, para ver se

ela vai fazer os comentários de uma criança que está saindo do berço, que se acha no direito de criticar a tudo e a todos e colocar todos na vala comum.

Talvez eu seja o pior Deputado desta Casa. Coloco-me na pior avaliação aqui dentro desta Casa. Acho que eu poderia produzir mais, ser mais corajoso, mais investigativo, mais um Líder de Oposição, mais combativo. Coloco-me entre os piores, mas não me sinto em condições, Deputado Nelson Justus, de ouvir uma pessoa dessas. Não que o jovem não tenha direito à crítica. Ela tem direito à crítica, mas está usando um microfone que está chegando na casa de milhares de paranaenses e faz um comentário de forma jocosa. Se fizesse um comentário em cima do texto: “Olha, essa Assembleia Legislativa do Paraná tem que ser mais transparente ainda!” Concordo. Tem que ser mais transparente ainda. “Essa Assembleia Legislativa deveria publicar da seguinte forma a relação dos seus servidores.” Concordo com ela. “A Assembleia deveria avançar, não demorar tanto tempo.” Concordo, mas a forma como ela faz o comentário, jocosa, debochando, ela não merece usar uma rádio, uma concessão pública da forma como está usando.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PSDB***

Aí vão para a rádio centenas de comentários. Chegou um comentário que dizia o seguinte: “Tem que fechar o Poder Legislativo, e se alguém um dia sentir falta, aí nós reabrimos!” E ela lê aquilo com um prazer tão grande que parece que ela é parente do João Figueiredo ou do Médici, porque ela quer que feche aqui e não funcione mais. Veja, as coisas estão mudando. Vivemos um novo tempo.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

O desejo talvez, da maneira que essa pessoa leu a matéria, é o desejo do anarquismo. Quero o anarquismo e não é para isso que estamos aqui. Somos contra. Queremos democracia.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, Deputado Durval, quero conversar não apenas com os Deputados, e eu disse para V. Exa. na segunda-feira, quando V. Exa. tomava as decisões, e eu gosto muito dos momentos difíceis, do momento em que você está tendo que tomar decisões. Mas veja, o Governo do Estado é muito mais fiscalizado do que antigamente, porque hoje conseguimos ter coragem, aqui, em meia dúzia de Parlamentares, de fazer Oposição e apontar os equívocos. O Poder Executivo também, o Poder Legislativo também. Mas, agora está chegando o momento que a lição tem que sair dentro da casa.

Quero pedir à imprensa do Paraná que continue fiscalizando. Por mais que o comentário não me agrade, a crítica me agrada, porque sou um crítico, aceito a crítica. Eu aceito da forma que ela vier, construtiva, destrutiva, do jeito que ela vier. O que eu não aceito é o despreparo e a falta de conhecimento de quem está falando, o que não é possível. Tenho 30 anos de vida pública, V. Exa. também deve ter, e de repente, uma pessoa que nunca recebeu um voto, só porque está com um microfone, se acha no direito de debochar dos Poderes. É alguém que talvez seja filhote da ditadura e ainda está aí no nosso meio.

Deixo aqui registrado o meu protesto e continuo aqui procurando fazer o melhor e da melhor forma possível. Mas está chegando o momento, agora, importante, Deputado Belinati, e V. Exa. conhece o poder da imprensa, nós conhecemos o poder da imprensa, está chegando o momento que o Executivo, o Judiciário, o Legislativo, estão tendo que expor as suas vísceras. Mas está chegando o momento, agora, da nossa imprensa também expor as suas. Vamos começar a corrigir, por quê? Por que não podemos ter um quarto de páginas dos jornais reservado?

O cidadão que está me assistindo pela TV SINAL, V. Sas., os senhores, pais de família, mães de família, os senhores acham que grande parte dos jornais funciona como? Eu gostaria de ver os jornais, todo dia, um quarto de página e colocassem lá o seguinte: “Nós recebemos de publicidade do Governo Municipal ‘x’”. Nós recebemos do Governo Estadual ‘y’”. Nós recebemos da PETROBRAS ‘x’ ”.

A grande verdade é a seguinte: eu não tenho como cobrar dos meus filhos se eu não agir corretamente. A imagem da minha família são as minhas ações. Então, está chegando o momento, e eu quero ver, vai chegar o momento e esse é momento bom, por isso que temos que agir, vamos colocar tudo. Vai ter problema? Vai ter problema. Vão achar erro? Vão achar erro, nós não somos perfeitos. Mas, também tenho uma curiosidade monstruosa, porque eu fui líder de um Governo aqui que foi o Governo acusado, e até acusações muito verdadeiras, em partes, que mais gastou com publicidade. O mesmo jornal que criticava o Governo por gastar muito em publicidade nunca colocou quanto ele recebeu. Aí, assumi a Liderança da Oposição e vim aqui fazer crítica ao Governo atual, que também entrou na “farra do boi”, gastando dinheiro com a imprensa que era uma barbaridade.

Nunca vi um órgão de imprensa dizer que está errado, mas estamos recebendo “x”.

A transparência vale para o meu netinho, que vai para a aula, agora, à tarde; para a minha esposa, que tem que cuidar do meu dinheiro, porque senão falta final do mês; para o Parlamentar.

Quero colocar a coisa bem certa, senão a menina, com a experiência que ela tem, com 25 anos, de repente ela é a voz de Deus, da verdade, que soa nos quatro cantos do Paraná, com sua experiência enorme.

Nós é que temos que ser mais transparentes, o Poder Legislativo. Não temos um vintém para gastar com a imprensa. Deputado Nelson Justus, vamos persistir nessa caminhada. Para mim, a lista me fez bem. Não estou preocupado com o comentário que será feito. Alguém pode dizer: “Mas Rossoni criticando a imprensa”. Nos últimos anos tenho sido muito elogiado pela imprensa. Não estou criticando. Se eu puder e tiver dinheiro, vou pedir para o Joel Malucelli, que é o homem mais rico do Paraná, se ele quiser comprar mais uma rádio e dar para alguém fazer esse tipo de comentário, tudo bem, ele pode. Não podemos deixar de fazer a crítica, por ficarmos com medo da imprensa. Temos que ter coragem, musculatura, firmeza, caráter e honradez, em dizer que estamos errados. Vamos corrigir avançar e vamos fazer isso. Desculpem-me, como vocês cobram, nós também queremos.

Faço um desafio aqui: reservem um cantinho de todos os jornais do Paraná, para colocar o que eles recebem dos Governos Municipais, Estaduais e Federais. Aí, quero ver o comentário, vão pedir para fechar os jornais. Qual será o comentário da bela menina? Será que ela quer que fechem as rádios? Será que ela quer que fechem os jornais? Ou é melhor corrigirmos, Deputado Pugliesi? Vamos corrigir! Estamos cortando aqui na própria carne, tentando corrigir; É claro que o Poder vem há muito tempo tentando corrigir.

Lembro-me que fui o 1º Secretário e fui um Parlamentar, junto com o Deputado Hermas Brandão, que tivemos coragem. Tínhamos uma frota de não sei quantos carros. Cortamos os carros e foi uma gritaria geral. A sociedade exigiu e tomamos uma atitude.

Tudo que recebo desta casa, Deputado Nelson Justus, são recursos dentro da lei. Não abro mão de nenhum centavo. Sou uma pessoa igual a todo ser humano, que gosta de ter dinheiro. Mas gostamos de ter dignidade e de respeito.

Deputado Nelson Justus, eles acham que o nosso trabalho é só aqui. Estou saindo, agora com uma malinha dentro do carro e vou para o mundo. Sabem quando é que volto? Domingo pela manhã. Cabecinha branca, 56 anos de idade, com três pessoas comigo, porque uma só não aguenta dirigir e vou virar o Paraná do avesso. Vou conversar com agricultor, comerciante, industrial, policial militar, professor. Vou estar no mundo neste final de semana e, não apenas neste, mas em todos os finais de semana.

Dizer a todos que me assistem e aos Srs. Parlamentares que não me sinto culpado de nada. Sinto-me no direito de fazer a autocrítica dos erros que cometo. Aceito as críticas, que sempre recebi, mas espero que nesse momento em que a democracia brasileira avança e que temos um operário Presidente da República, nunca imaginávamos isso, está na hora de também termos bastante responsabilidade das nossas críticas, porque certamente ninguém é perfeito na nossa sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

## ***Deputado Waldyr Pugliesi (PMDB)***

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Parlamentares.

Tinha um compromisso agora às 11h30 com o Vice-Governador Orlando Pessuti para fazermos uma caminhada política a partir de agora. Mas, estando aqui na Assembleia, presenciei os pronunciamentos dos Deputados Tadeu Veneri, Deputado Durval Amaral, e agora do Líder Valdir Rossoni. Então, fiz uma ligação ao Vice-Governador dizendo que teria que ficar aqui. Até para ouvir. Inclusive, os que muitas vezes falam mais alto, na tribuna, do que nós que estamos na tribuna parlamentar. E não se tocam nunca.

Então, veja bem, Sr. Presidente, estava olhando para o trabalho das taquígrafas, e me perguntei: será que são funcionárias minhas? Presenciei o jardineiro ali trabalhando e falei para mim mesmo: olha lá mais um funcionário meu. Está aqui, trabalham no meu gabinete. Puxa vida, mas para chegar nos 45 eu vou ter que ficar pensando e procurando. Olha, se tem alguém, pela vida inexpressiva que tive, mas de respeito, verdade, acho que sou eu.

Então, vemos estampado: “Cada Deputado tem 45 empregados na Assembleia”. Já recebi dois telefonemas hoje.

Acho o seguinte: temos que ter o compromisso de fazer as coisas da melhor maneira possível. O Rossoni falou agora há pouco, de uma jovem comunicadora que, no entendimento dele, fez comentários inapropriados. Talvez nem fosse assim. Mas, isso acontece todos os dias. Lembro aqui no Paraná tinha um menino, barbudo, faz mais de 20 anos, eu também usei barbas, sou um cara que na minha vida vibrei muito com a ascensão daqueles que fizeram a tomada do poder para o povo cubano, libertar Cuba, aquele país que era uma verdadeira zona de meretriz do imperialismo norte-americano.

Então, Sr. Presidente, até me desvio desta questão, devo falar ou não? Mas tudo bem, este jovem, daí há pouco, filho de uma família de gente letrada, capaz, gente honesta, ele acaba fazendo um concurso. Ele bebia, provocou não sei quantos acidentes, e daí a pouco ele estava no Ministério Público. Raspou a barba, e com uma canetona se transformou num grande acusador de todo mundo, com 21, 22 anos.

Então, se nós políticos o Rossoni falou que tem 30 anos de vida pública, sei lá o que é vida pública, eu fui um cara que fez política no diretório estudantil, eu fiz política no ginásio, no científico, na universidade, eu era alguém, rebelde que queria mudar este país pelas minhas convicções, pelos estudos que fiz.

Então, passamos todo esse tempo e eu quero vir à tribuna para dizer o seguinte: temos que garantir a todos os jornais, a todos os canais de televisão, a todos aqueles

que estão nas rádios, total e absoluta independência para criticarem, cobrarem, agirem dentro da lei, da maneira que bem entenderem. Agora, logicamente que da mesma maneira que os Parlamentares cometem erros, equívocos, eles também não são deuses para não cometerem os equívocos, os erros que muitas vezes ferem, machucam, agridem.

Tenho visto comentários de alguns âncoras nacionais que me façam o favor, hein? Outro dia mesmo um deles chamou todos os Deputados de bando de vagabundos.

Então, qual é o preço da democracia, quando se fala que a Assembleia Legislativa, Sr. Presidente, tem necessidade desses funcionários que estão aqui? Na democracia se pressupõe que você tenha Assembleias Legislativas, não é, Veneri, abertas, Congresso Nacional funcionando, com todas as mazelas. Aí é que entra o papel da imprensa para cobrar, para corrigir, para encaminhar, para exigir.

Agora, não podemos chegar ao ponto de ouvirmos vozes saudosistas, neste momento, falando o quê? “Ai que saudades da ditadura militar. Eles ficaram 20 anos” Primeira coisa, rasgaram as leis, jogaram todas as leis na lata do lixo. Fizeram obras materiais? Fizeram. Inclusive a Itaipu que está aí. Mas, gente, não tem preço a liberdade para o funcionamento de uma Casa Parlamentar. É preciso que o povo todo seja informado de que gastos precisam ser feitos, senão eu tenho que ser ascensorista, tenho que ser jardineiro. Eu não sei trocar nenhum fio de nada, não é minha atividade, minha praia, mas eu tenho que me tornar eletricitista. Não é assim! Qual é o preço da democracia para você ter a Câmara Federal aberta, o Senado aberto, as Câmaras, a discussão, o contraditório? Isso tem um preço.

Na Grécia antiga o governante chegava numa praça pública, subia em alguma coisa e falava: “Olha, pretendo fazer aqui em Atenas determinada coisa”. Os populares ali aprovavam, ouvindo aquilo que ele estava falando.

Hoje é diferente, as pessoas se reúnem nos dias das eleições, que nós queremos cada vez mais limpas, reais, para darem uma delegação para o Vereador, para o Prefeito, para os Parlamentares votarem, trabalhar no sentido daquela esperança que foi votada, que foi depositada na urna votando nesse Parlamentar, para que ele aqui seja fiel, inclusive ao partido, que deve ficar acima do militante. Então, é o preço da democracia.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PMDB***

Outro dia o Senador Osmar Dias, respondendo a uma repórter, que o questionava de maneira agressiva à verba de indenização que ele têm de R\$ 15 mil, no Senado, ele falou: escuta, mas o Senador não vale R\$ 15 mil, para desenvolver o seu trabalho, lá no Estado que ele representa?

Eles querem talvez, que com o salário, o nosso aqui é de R\$ 12 mil 384, esse é o salário - daqui a pouco eu iria para o interior com o Vice-Governador para fazer uma corrida em determinados Municípios. Outro dia eu sai daqui e fui discutir problemas com os pescadores da região de Centenário do Sul. Fui me reunir com a APAE de outro Município, que tinha reivindicações. Fui falar com os moradores do meu Município, que estão abrigados nas associações de bairros. Viajei para o vale do Ivaí, e eu faço isso com gosto, fiz isso durante toda a minha vida - agora, é impossível que consigamos fazer tudo isso pagando o condomínio aonde moramos, pagando as coisas que temos que pagar no dia a dia, e depois viajar, viajar e viajar para defender os interesses daqueles que têm a esperança no trabalho que podemos desenvolver.

Aqueles que não gostam do regime democrático talvez estejam com saudades dos tempos em que você pegava o Estadão, o Jornal Estado de São Paulo e você lia as poesias, um dia de Camões, ou receitas de bolos, no outro dia, porque havia proibição de se falar em determinados temas que não podiam ser levantados, questionados ou informados ao público durante o regime militar.

Ontem me perguntaram, Sr. Presidente: “Mas essa lista é verdadeira?” Olha, me aponte uma razão para o Presidente da Assembleia fornecer uma lista que não seja real. É uma competência da Mesa Diretora fazer esse trabalho. Mas quero acreditar, sim, que ela seja real. Eu não tenho uma razão, nenhuma, nem no pensamento, de achar que alguém, depois de atravessar toda essa área que foi atravessada, venha com alguma coisa racionalmente colocada como não verdadeira.

Então é o descrédito que nós políticos praticamente em todo o mundo. Isso parece que é assim, mas na realidade não é.

Lá na terra do Belinati, onde ele ganhou as eleições e houve uma série de problemas que é do conhecimento de todo mundo, se falava que 80%, 50% dos eleitores não compareciam. O que vimos foi aquela porcentagem histórica de ausentes e de pessoas que, muitas vezes, até pela incompetência, vamos dizer assim, de manipular uma urna eletrônica, aparecem na lista dos votos nulos e brancos.

Então, o povo acredita, ele quer democracia, quer liberdade, quer que as coisas aconteçam. Estou vendo o Deputado Elio Rusch, valente Deputado de Oposição nesta Casa, estou vendo que tem um mundo de anúncios dizendo que os preços estão baixando em relação à reforma tributária feita pelo Governo Roberto Requião. Então, logicamente que as pessoas podem acreditar ou não. Então, vamos aguardar mais um pouco. Tem gente que fala: “Não cairão os preços”. E eu estou achando que cairão.

Então, toda esta fala de nós todos, aqui, nesta quinta-feira de manhã, é no sentido de fazermos, da maneira mais cruel possível, uma autocrítica. Temos que bater em nós mesmos para nos questionar: o que é que estamos fazendo de errado? Agora, muitas vezes se colabora para que os erros sejam aumentados, e aquilo que possa ser, vamos dizer, alguma qualificação, é diminuída ou desaparece.

Então, Sr. Presidente, acho que V. Exa. está caminhando na direção correta. Nesta caminhada, fui três vezes Prefeito, fui Diretor do Porto de Paranaguá, fui Secretário dos Transportes, fui nove anos Vereador, nunca tive uma conta até hoje, de Tribunal de Contas, de Tribunal de Contas da União, estas coisas, rejeitadas. Logicamente que tem gente que, por serem inimigos, muitas vezes movem ações contra os Parlamentares.

Eu vim aqui à tribuna um dia, Sr. Presidente, para dizer que o Presidente do Supremo, Gilmar Mendes, estava falando: “Olha, estamos caminhando na direção de uma regime policial”. E tem gente que tem saudades disto. Não avaliam com propriedade, por exemplo, a inserção do problema das drogas na sociedade. Aí eles querem o quê? Querem que o Governo do Estado coloque um soldado em cada esquina. Aí, alguém, dentro de casa, bêbado, está abusando de uma criança. E o Soldado, na esquina, nem vai saber disso.

Então, somos seres humanos, cheios de defeitos. Coloco-me dentro da minha realidade. Tentei fazer, acho que até fiz, minha cidade uma pequena cidade, hoje tem um dos maiores parques industriais do Paraná.

Sei, pelo testemunho dos outros, que tive papel preponderante nestas coisas. Nós temos universidade com cursos, lá.

Quando eu estava na Prefeitura, fiz um trabalho no sentido da redução da mortalidade das mães e crianças. Já naquele tempo, e dos dados da época já levavam a situação da minha Cidade a coisa parecida até com a Suécia. Você vai falar isso, eles vão dar risada, acham que é mentira, todo político e mentiroso, não sei o quê.

Eu organizei o povo, Sr. Presidente. Não acredito em solução com o povo desorganizado. Fazia com que todos os bairros, e nas Cidades onde tive alguma influência, que as populações se organizassem, para ter a força para reivindicar, para exigir no orçamento aquilo que era o sonho deles e não determinação do governante.

Estamos aqui e que quase todos ouviram o discurso do Veneri, quase todos ouviram o discurso do Rossoni, do Durval Amaral e quase todos deram atenção a este pronunciamento. Acho que esta é uma Casa política e nós devemos, sim, seja na quinta-feira ou em qualquer dia, fazer a discussão política. É aquilo que se falou aqui: qual é a essência do problema? Onde está o tutano da questão? Não vamos ficar de maneira postiça arranhando a pele. É preciso que façamos a caminhada na direção das nossas vísceras para sabermos onde erramos, o que estamos fazendo de errado. Não vejo na ação, na atuação de ninguém nesta Casa a vontade de não caminhar na direção dessa tão ansiada transparência que é exigida.

Agora, gostaria que todos nós pudéssemos fazer uma discussão aprofundada de todas essas questões, porque senão não iremos encontrar solução para os problemas que existem dentro da nossa sociedade, e aqui dentro temos um monte de problemas, temos que dedicar o melhor que temos na alma, no coração, nos nossos nervos, nas nossas musculaturas, no sentido de alcançarmos isso.

Sei lá, Sr. Presidente! Já excedi, por benevolência de V. Exa., que age de maneira democrática e tolerante ouvindo pronunciamentos como este meu, desimportante mas fiel, mas não posso terminar sem oferecer a possibilidade do Antonio Belinati me apartear.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Quero, logo de imediato, não apoiá-lo quanto a desimportância do seu pronunciamento.

**O Sr. Antonio Belinati (PP)**

Parabéns, nobre Deputado Waldyr Pugliesi, que é o nosso grande líder, nosso chefe maior em todo o Norte do Paraná!

V. Exa. mencionou aqui o salário do Parlamentar, mas apenas para ilustrar que V. Exa. mencionou o bruto e depois, no líquido, tem o desconto do INSS, o desconto da contribuição para o partido. Há poucos dias morreu um Parlamentar do Nordeste e descontaram R\$ 400 e poucos do nosso salário, e tem o imposto de renda, que retira do salário de cada um mais de R\$ 2 mil e 800. Só para ilustrar que aí vai passando a tesoura nos descontos.

Então, é isso que queríamos ilustrar, mas dando os parabéns a V. Exa., acima de tudo porque V. Exa. é um grande líder, um dos mais respeitados neste nosso Estado, e tenho orgulho em poder ouvi-lo da tribuna.

**O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)**

Deputado, agradeço as deferências e logicamente em relação àquilo que recebe o Deputado, que são R\$ 12 mil 384, logicamente que eu tenho a minha contribuição, aquelas que são legais, eu também tenho o desconto da contribuição partidária, porque eu coloco o partido como um instrumento da população para alcançar os seus objetivos e não como ouvi, em Colorado, um Deputado Federal do meu partido dizendo o seguinte: “Partido, para mim, nenhum presta; estou neste partido porque tenho que estar em partido para ser candidato, porque estou com o povo.” É mentira! Está com o povo uma banana! Não vamos entrar nessa discussão, porque se alguém chegar nesta Casa e falar que precisa consertar o motor do avião “x”, certamente não temos competência para isso.

Vejamos bem, nós somos políticos. A política, no meu entendimento, é uma invenção do ser humano para resolver seus problemas. É a via de encaminhamento dessa solução. Então, cada um na sua. Aí lá pelas tantas, tem um empresário bem sucedido e, muitas vezes, está com muita grana porque sonegou, sonegou e sonegou, aí ele tem grana, vai lá e tira um operário da disputa com o dinheiro que ele conseguiu. Quando chega às Assembleias, ou ao Senado, ou à Câmara Federal, é o primeiro que vai denegrir a atuação política. “Não sou político, estou aqui!” O grande sonegador de imposto está ali tomando o lugar de alguém que poderia vir com a reclamação do bairro, do quarteirão, do sítio, da fazenda, daqueles que são maioria, mas chegam ali com a grana. Então, esses deveriam estar lá.

Sei que falar essas coisas é complicado, mas se sairmos em determinadas ruas com os fiscais, ah meu Deus, não salva um! São esses que batem nos políticos, dia e noite sem parar. São esses que trabalham contra os sindicatos, contra a organização popular. Não querem Sindicato dos Jornalistas, não querem sindicatos de trabalhadores sem-terra, não querem sindicato de ninguém. Eles querem separar o povo. “Povo desunido não tem força e nós vamos continuar mandando como estamos mandando”, dizem eles, desde 1500, aqui nesta Terra de Santa Cruz. E de tantos outros não tão santos.

Sr. Presidente, agradeço pela tolerância que V. Exa. teve, mais uma vez, nesse pronunciamento que faço nesta quinta-feira que, não sei se é o caso, mas o poeta Tiago de Mello diz que, muitas vezes, podemos transformar uma terça-feira cinzenta, no caso aqui uma quinta-feira, numa radiante manhã ensolarada de domingo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nós que agradecemos e, certamente, V. Exa., como aqueles que se pronunciaram, fizeram com que esta quinta-feira ficasse realmente ensolarada.

Quero registrar a presença, com satisfação, do Prefeito de Céu Azul, José Eneron da Silva Telles; e do Vereador Irineu Rieger, a pedido do Deputado Ademir Bier; bem como do Vereador Marco Aurélio de Andrade Lemos, do PMDB, acompanhado do Jeferson Luiz Wojcik, lá de Quitandinha, a pedido do Deputado Francisco Bühner.

### ***Grande Expediente:***

Com a palavra o Sr. Deputado Elio Lino Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (DEM)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, sabemos que a Sessão de hoje foi motivada pelos pronunciamentos dos eminentes Deputados que discorreram sobre aquilo que está acontecendo, nos últimos dias, nos últimos meses, na política paranaense e que envolve a Assembleia Legislativa e, de forma geral, os políticos do nosso Estado, e por que não dizer do nosso País.

Como Deputado, Deputado Nelson Justus, e como seu companheiro de partido, como seu amigo pessoal, iniciamos aqui as atividades de Deputado juntos. Nos elegemos pela primeira vez em 1990, juntos com o Deputado Durval Amaral e tantos outros Parlamentares que são daquela eleição de 1990. Se não me falha a memória, são 14 Deputados que ainda permanecem nesta legislatura e que se elegeram, pela primeira vez, em 1990. Conheço seu caráter, sua disposição e tudo aquilo que o senhor tem afirmado como Deputado, ou mesmo com o Secretário de Governo, os compromissos que o senhor assumiu, o senhor os tem cumprido. Lembro-me de uma

reunião onde estávamos que o senhor disse: “Não se promete aquilo que não se pode cumprir, mas deve se cumprir aquilo que se promete.” E V. Exa. assumiu um compromisso com a sociedade do Paraná de tornar o Poder Legislativo, a Assembleia Legislativa, transparente. E gradativamente, V. Exa. junto com o Deputado Alexandre Curi e outros Parlamentares que integram a Mesa dessa Assembleia, com apoio das lideranças partidárias, com o apoio do Líder do Governo, com o apoio da Liderança da Oposição, V. Exa. foi implantando a transparência e a tão famosa lista saiu ontem. Esse foi mais um dos passos, não foi o primeiro passo da transparência da Assembleia.

Quem sou eu para falar sobre a transparência, sobre as medidas adotadas após os pronunciamentos feitos pelo eminente Deputado Durval Amaral? Com todo o respeito que temos por todos os Parlamentares, não discordamos inúmeras vezes do Deputado Tadeu Veneri e de outros Parlamentares, do Deputado Waldyr Pugliesi, a quem nós respeitamos e ideologicamente divergimos, mas neste momento é a hora que nós concordamos com os pronunciamentos feitos na manhã de hoje. Tenho certeza que o Portal da Transparência da Assembleia Legislativa será, talvez, um dos portais mais completos dos Parlamentos existentes no nosso País. Aguardem para ver. Eu também não tenho conhecimento. V. Exa. tem informado às lideranças daquilo que pode acontecer, mas todos vamos saber como a sociedade haverá de tomar conhecimento daquilo que está acontecendo. E esperamos que a imprensa do Estado do Paraná, que quer deixar a sociedade sempre bem informada daquilo que acontece, tanto na vida pública, como também no setor privado, e também nas suas próprias empresas, que tudo isso possa ser esclarecido no futuro.

Nem tudo que se fala e nem tudo o que se escreve representa a verdade. Ainda mais quando hoje, eu também recebi alguns telefonemas: “Deputado, o senhor tem 45 funcionários?” Eu disse: não, cada Parlamentar tem uma verba em torno de R\$ 40 mil para a contratação dos seus assessores, tem mais uma verba de R\$ 27 mil, que é verba indenizatória, que é verba de ressarcimento, e mais R\$ 12 mil, que é o salário bruto dos Parlamentares. Esses 2 mil e poucos funcionários da Assembleia Legislativa, a relação que saiu e que todos os jornais e todas as rádios e televisões noticiaram no dia de ontem e hoje, são os funcionários do Poder Legislativo, são dos gabinetes, são das lideranças, são dos integrantes da Mesa, são da administração da Assembleia Legislativa.

Não dá para comparar, dividir por número de Parlamentares e comparar com outros Parlamentares maiores ou menores, não tem como. A estrutura administrativa que a Assembleia Legislativa tem, todas as Assembleias têm. A estrutura administrativa que a Assembleia Legislativa do Paraná tem, a Câmara dos Deputados tem e o Senado também tem. Agora, se você tem uma estrutura um pouco maior, ou um pouco menor, com toda certeza todos têm, mas não dá para dividir pelos números dos

seus representantes. É dessa forma que espero que seja corrigido, as pessoas que transmitiram essa notícia para a sociedade, para os seus eleitores, para os seus ouvintes, dizendo que os Deputados do Paraná, nós cortamos a nossa própria veia, como disse o Deputado Waldyr Pugliesi, com muita propriedade, o Deputado Tadeu Veneri, que sempre foi o primeiro Parlamentar a cobrar essa transparência e V. Exa. sempre tem dito, Deputado Nelson Justus: deixem o tempo passar, vamos implantar, isso vai acontecer. Isso está acontecendo, é esperar para crer.

Mas, para sair desse pronunciamento sobre a transparência, gostaria de dizer que só existe uma coisa que confirma os atos de cada pessoa: o tempo. Mais cedo ou mais tarde, a sociedade conhecerá a posição de cada um e daquilo que se escreve, se fala e se faz no Parlamento, ou mesmo na atividade privada.

Lembrar e não deixar em branco, Deputado Nelson Justus, que V. Exa., com a Mesa aqui da Assembleia, foi um grande parceiro junto conosco, com os Reinhold Júnior e Elton Welter. Nós, no ano passado, quando iniciamos os trabalhos para comemorar os 180 da imigração alemã no Estado do Paraná, fizemos uma bela Sessão, onde diversos Parlamentares, em uma quinta-feira à tarde, se não me falha a memória, 16 Deputados estavam presentes naquela ocasião, prestigiando os empresários, os profissionais liberais, enfim, essa etnia que veio para o Paraná, há 180 anos atrás e que ajudaram a desenvolver economicamente o nosso Paraná. Essa foi a primeira atividade no dia 19 de fevereiro, com a Sessão Solene.

Dizíamos naquela Sessão e logo após a Sessão, em uma segunda-feira - V. Exa. também fez menção sobre o acontecido, aqui, na Assembleia Legislativa - que durante todo ano teríamos as mais diversas comemorações, nas mais diversas Cidades, como na nossa querida Cidade de Marechal Cândido Rondon, onde o Deputado Ademir Bier é representante também. No dia 10 de abril, agora, uma exposição da famosa Casa Gaza. Um alemão que veio para a nossa Cidade, fez uma exposição muito bonita a ser visitada não só pelos rondonienses, mas por toda a sociedade e pessoas que passam por esta Cidade. Vai acontecer o evento, agora, no dia 3, amanhã, no Clube Concórdia de Curitiba, que no dia 4, às 20h, comemorará seus 140 anos de fundação. Todos os Parlamentares estão convidados e quem está em casa nos assistindo também estão convidados para uma programação especial, com a apresentação da Camerata Antiqua de Curitiba, sob a regência de um alemão, que veio da Alemanha, e está na nossa Cidade ensaiando nesse concerto de compositores alemães, sob a regência de Heinz Peter Frank.

Ele também estará dirigindo a Camerata Antiqua de Curitiba, em uma participação por parte da Prefeitura, através da Fundação Cultural, que faz parte dos festejos dos 180 anos da imigração alemã, no dia 4, no sábado. A mesma apresentação acontecerá na Capela Santa Maria, na Marechal Deodoro, próximo à Superintendência da Caixa Econômica Federal.

Serão duas apresentações. Estaremos participando e tenho certeza que outros Parlamentares, como Stephanes Júnior, Ademir Bier, Elton Welter, que têm na sua origem também o sangue germânico. Quem está nos assistindo em casa também está gentilmente convidado para prestigiar, amanhã, esse concerto.

A próxima programação está marcada no Oeste do Paraná, na Cidade de Missal, nos dias 17 e 18, com a Deutch Fest. Serão dois dias para comemorar a imigração alemã, que na região é muito forte.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Fazer um pequeno registro. O Deputado Elio Rusch falou sobre a questão dos funcionários. Quero citar um exemplo de como é importante termos assessores, que diretamente acabam atendendo a nossa população. V. Exa. sabe que em nossa base, em Ponta Grossa, temos procurado atender as pessoas. Ao longo da vida pública, nós os políticos somos muito cobrados pela população para resolver assuntos, às vezes, que não deveriam ter a nossa participação. E a grande maioria das pessoas sempre ali prestando o atendimento, seja social ou político.

Quero dizer aqui que tenho o maior orgulho dos meus assessores, pessoas que enquanto algumas estão dormindo, eles estão trabalhando e resolvendo problemas. Nos obrigamos porque estamos na base. O caso do último fim de semana em Ponta Grossa, quando daquele acidente que tirou a vida da criança que caiu do brinquedo em Castro e que matou o menino na terça-feira. No sábado, depois da meia-noite, recebemos um telefonema do Vice-Prefeito de Castro nos dizendo que a criança tinha entrado em morte cerebral. E havia a preocupação para liberar o corpo daquela criança devido à situação e ao momento difícil que passava a Cidade. E nós, rapidamente acionamos a nossa assessoria para ficar de prontidão, para que pudesse atender aquela necessidade que era liberar o corpo daquele menino junto ao o IML, que vem passando por uma reforma profunda. São 17 IMLs no Paraná.

Então, Sr. Presidente, quero registrar aqui que enquanto alguns estão atendendo alguns interesses de algumas pessoas, tem muitos funcionários que trabalham muito porque estamos próximos do povo.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicações n°s 325 a 331/09, de autoria do Deputado Ademir Bier, constantes do expediente, sugerindo a Sra. Secretária da Educação do Estado e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, a construção de cobertura da quadra de esporte dos Colégios Estaduais: Presidente Kennedy - Município de Serranópolis do Iguaçu; Jaime Rodrigues - Município de Guaíra; Paulo Freire-Município de Marechal Cândido Rondon; Arthur Costa e Silva - Município de Medianeira; Margarida - Município de Marechal Cândido Rondon; Porto Mendes - Município de Marechal Cândido Rondon; Novo Três Passos - Município de Marechal Cândido Rondon. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 332/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, propondo ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, a construção de 03 (três) Centros da Juventude no Município de Cascavel. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de resolução, em número de 03 (três), de autoria dos Deputados Nelson Justus, Alexandre Curi e Durval Amaral constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1357, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária do dia 30 de março do corrente ano, devido a compromisso na condição de Presidente da Comissão de Saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

## Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

### Redação Final

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 047/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício n° 107/08, que altera as delimitações das Circunscrições dos 1° e 2° Serviços de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N° 047/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1° As Circunscrições dos 1° e 2° Serviços de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco,

estabelecidas no anexo I da Lei n° 6767, de 30/12/75, com as suas posteriores alterações, passam a ter as seguintes delimitações territoriais:

1° Ofício: abrange o território do Município de Bom Sucesso do Sul e o território do Município de Pato Branco situado à esquerda da linha divisória definida pela PR-493 (anterior PR-469), do limite com o Município de Bom Sucesso do Sul até o Trevo Patinho, seguindo a partir deste pela avenida Tupy até a PR-280, no Trevo Patrolinha;

2° Ofício: abrange o território do Município de Pato Branco situado à direita da linha divisória supra-mencionada, e os territórios dos Municípios de Itapejara do Oeste e Vitorino.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02/04/09.

(aa) STEPHANES JUNIOR - Presidente

RIBAS CARLI FILHO - Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 060/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 07/09, que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de R\$ 402.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Saúde. **Aprovada. (Publ. no DA n° 012/09, de 03/03/09, em Mensagens).**

### 1ª Discussão

#### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 471/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a participação popular no processo de elaboração, definição e acompanhamento de execução do orçamento plurianual de investimentos, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. (Publ. no DA n° 130/08, de 04/11/08, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 471/08

#### P A R E C E R :

##### 1. Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei n° 471/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi tem por escopo dispor sobre a participação popular no processo de elaboração, definição e acompanhamento de execução do orçamento plurianual de investimentos, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

##### 2. Competência e Previsão Legal

É indispensável o dever da análise no aspecto constitucional e legal.

Cabe primeiramente observarmos a competência para a propositura do projeto de lei.

No artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, assevera sobre iniciativa das leis ordinárias a qualquer membro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.



*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.* (grifo nosso)

Com fulcro no artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, demonstra que qualquer membro desta Casa de Leis tem iniciativa e competência para propor projeto de lei ordinária, assegurando a participação popular no processo de elaboração, definição e acompanhamento de execução do orçamento plurianual de investimentos, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

A participação popular nas decisões governamentais demonstra uma política moderna, democrática, devendo a população participar nas discussões, construindo uma gestão juntamente com o Governador do Estado do Paraná.

O presente projeto de lei demonstra a ideia de democracia direta, já existente em vários Estados do Brasil, onde já foram implantadas, assim considerados Estados Democráticos de Direito.

No Orçamento Participativo, o povo está no centro dos debates, participa até as últimas instâncias da elaboração e execução das leis orçamentárias e de planejamento, alcançando o objetivo deste projeto de lei. Melhorando assim o princípio da igualdade e da democracia.

O princípio da democracia requer que o controle social, longe de inibir, fortaleça os demais controles (interno, externo e jurisdicional).

O exercício da democracia, respeitada a sua devida fundamentalidade, do controle social deve propiciar um orçamento interativo, permitindo ampla e efetiva participação popular no processo de discussão e de elaboração tanto no que diz com os gastos como em relação à qualidade e à eficiência da arrecadação.

O controle direto da sociedade na participação no processo de elaboração, definição e acompanhamento de execução do orçamento plurianual de investimentos, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, não vincula, inteiramente, o Executivo e o Legislativo.

A participação popular no processo de elaboração, definição e acompanhamento de execução do orçamento plurianual de investimentos, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, não retira a competência do Poder Executivo, estabelecer sobre os orçamentos do Estado do Paraná, conforme determina o artigo 133, incisos I, II e III da Constituição Estadual, demonstra que as leis que define o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias anuais e os orçamentos anuais, são de competência do Poder Executivo.

*Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

- I - o plano plurianual;*
- II - as diretrizes orçamentárias anuais;*
- III - os orçamentos anuais.*

O artigo 165 e parágrafo 9º, da Constituição Federal, também é taxativa sobre a iniciativa do Poder Executivo, organizar o plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

*Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

- I - o plano plurianual;*
- II - as diretrizes orçamentárias anuais;*
- III - os orçamentos anuais.*

*Parágrafo 9º - Cabe à lei complementar:*

*I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;*

A Constituição Federal e a Constituição do Estado do Paraná, inseriram na esfera das atribuições do Poder Executivo, o poder de elaborar e de encaminhar ao Legislativo o projeto de lei referente ao orçamento anual, diretrizes orçamentárias e sobre o plano plurianual, sendo que o projeto de lei, trata apenas de uma participação popular, inexistindo a possibilidade de afrontar à Separação dos Poderes, consagrada textualmente no artigo 2º da Constituição Federal e artigo 7º da Constituição Estadual.

*Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*

*Art. 7º São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*

*Parágrafo Único. Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos poderes delegar atribuições, sendo que quem for investido na função de um deles não poderá exercer a de outro.*

Desta forma, o Poder Legislativo possui competência para legislar sobre a participação popular no processo de elaboração, definição e acompanhamento de execução do orçamento plurianual de investimentos, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê, como forma de assegurar a transparência da gestão fiscal, a participação popular. É o que está disposto em seu artigo 48, *caput* e parágrafo único, transcrito a seguir:

*Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.*

*Parágrafo Único. A transferência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.*

Fica evidente que a participação popular deve ser incentivada, tanto no processo de elaboração quanto no de discussão das leis orçamentárias. O projeto de lei ora sob análise vem, portanto, ao encontro dos objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Objetiva, simplesmente, a regulamentação, no âmbito do Estado do Paraná, da participação popular, através da realização de audiências públicas. Não há qualquer ofensa ao artigo 165 da Constituição Federal.

Quanto aos referidos artigos da nossa Constituição Estadual, não se cogita, pois, de usurpar a iniciativa do Executivo no que se refere à apresentação dos projetos de lei de conteúdo orçamentário. A iniciativa popular não apresentará um projeto seu, mas apenas contribuirá com as prioridades levantadas nas audiências realizadas.

A própria Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009, prevê a participação popular, que pode ser traduzido nas audiências públicas previstas no projeto de lei em exame, e citamos o artigo 16 da Lei nº 15817:

*Art. 16. A elaboração do projeto de lei, a sua aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2009 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.*

Ao examinar sobre presente projeto, é de suma importância destacar que o mesmo é um marco no processo legislativo, pois permite a possibilidade da participação popular no processo de elaboração do plano plurianual, do orçamento estadual, bem como no acompanhamento da execução orçamentária. Deste modo, o presente projeto significa um importante avanço na democracia em nosso Estado, pois ao permitir que o cidadão participe da elaboração do plano plurianual e da peça orçamentária, bem como acompanhe orçamentária, bem como acompanhe a execução orçamentária do Estado, fica garantido o exercício pleno da cidadania.

Assim, vislumbra-se a constitucionalidade do presente projeto.

#### **Conclusão**

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que no projeto lei não encontra-se nenhum óbice.

Sala das Comissões, em 10/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI Nº 471/08

#### **P A R E C E R :**

O projeto de lei de iniciativa do Deputado Osmar Bertoldi, dispõe sobre a participação popular no processo

de elaboração, definição e acompanhamento de execução do orçamento plurianual de investimento, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável para a mesma.

O Projeto de Lei nº 471/08 vem regulamentar a participação dos cidadãos na elaboração dos seguintes Projetos de Lei: Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual. Prevê a realização de Audiências Públicas municipais, regionais e temáticas. Institui um Conselho Popular do Orçamento Participativo, com a finalidade de regulamentar, organizar e coordenar as Audiências Públicas e acompanhar a execução orçamentária.

A Constituição Federal, ao dispor, no artigo 165, sobre as leis orçamentárias - o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais prevê, no parágrafo 9º, a edição de uma lei complementar, com as seguintes finalidades.

*I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;*

*II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da Administração Direta e Indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.*

A lei complementar à qual o parágrafo 9º do artigo 165 faz referência é a de nº 101, de 04/05/00, chamada Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê, como forma de assegurar a transparência de gestão fiscal, a participação popular. É o que está disposto em seu artigo 48, caput e parágrafo único, transcrito a seguir:

*Art. 48 - São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e Leis de Diretrizes Orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.*

*Parágrafo Único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de Audiências Públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, Lei de Diretrizes Orçamentárias e orçamentos.*

Fica evidente que a participação popular deve ser incentivada, tanto no processo de elaboração quanto no de discussão das leis orçamentárias. O projeto de lei ora sob análise vem, portanto, ao encontro dos objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Objetiva, simplesmente, a regulamentação, no âmbito do Estado do Paraná, de participação popular, através da realização de Audiências Públicas.

Não se cogita, pois, de usurpar a iniciativa do Executivo no que se refere à apresentação dos projetos de lei de conteúdo orçamentário. A iniciativa popular não apresentará um projeto seu, mas apenas contribuirá com as prioridades levantadas nas audiências realizadas. Não há qualquer ofensa ao artigo 165 da Constituição Federal.

Chamada esta Comissão de Orçamento a opinar, conforme preceitua o parágrafo 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, a mesma acompanha o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça ao projeto em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10/03/09.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

BETI PAVIN - Relatora

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1358, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 471/08.

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 511/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que veda a participação remunerada em mais de um conselho administrativo, fiscal, de ética ou equivalente, de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 140/08, de 24/11/08, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 511/08

##### P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto tem por objetivo vedar a participação remunerada em mais de um conselho administrativo, fiscal, de ética ou equivalente, de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista do Estado do Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável à emenda.

Sala das Comissões, em 24/03/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 511/08

##### P A R E C E R :

O projeto de autoria do Deputado Jocelito Canto, visa colocar vedação na participação remunerada em mais de um Conselho Administrativo, Fiscal, de Ética ou qualquer outro equivalente em empresas públicas, sejam elas autárquicas ou sociedades de econômica mista.

O objetivo do projeto de lei em tela é coibir gastos maiores sobre o erário público, evitando que servidores se favoreçam de aberturas na legislação pública, o que somente evitará gastos no Orçamento do Estado.

Diante do exposto, somos de parecer favorável a sua aprovação em plenário.

Sala das Comissões, em 31/03/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública a Associação dos Funcionários e Amigos do Núcleo Regional de Educação de Londrina - AFUNEL, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/09, de 23/03/09, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 101/09

##### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a Associação dos Funcionários e Amigos do Núcleo Regional de Educação de Londrina - AFUNEL, com sede e foro no Município de Londrina.

Sala das Comissões, em 03/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### Requerimentos

##### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1344, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1345, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1359, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1360 e 1361, de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1362, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

##### O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, verificação de votação.

##### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Lamento, mas agora já votamos tudo. Estou simplesmente encerrando a Sessão.

**Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 511/08 e 101/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 040 e 093/09 e dos Projetos de Resolução nºs 003, 004 e 005/09.

Levanta-se a Sessão.

**Publicações:****Diretoria Geral****Portarias****PORTARIA Nº 066/09**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 2304, datado de 10/03/09, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde a servidora deste Poder Legislativo, ADENIR NEVES ROCHA, matrícula nº 40235, de 07 (sete) dias, a partir de 09/03/09 com término em 16/03/09, CID. 10 M54.5.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26/03/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 067/09**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 2168, datado de 06/03/09, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, MARCIO ANDRE BAGGIO, matrícula nº 7407, de 10 (dez) dias, a partir de 16/02/09 com término em 26/02/09, CID. 10 M511.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26/03/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 070/09**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 3813, datado de 25/03/09, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, PAULO CEZAR SILVEIRA DA MOTA PIMPÃO, matrícula nº 40152, de 20 (vinte) dias, a partir de 06/03/09 com término em 26/03/09, CID. 10 S72 e S 82.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/03/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 071/09**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1725, datado de 19/02/09, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar a favor de SERGIO OSTROSKI, matrícula nº 40375, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Motorista, nível NBA-02, com lotação no Gabinete do Deputado Estadual Ademar Traiano, 06 (seis) meses relativo ao dobro de uma licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/92 e 22/12/97, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/03/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 072/09**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 3806, datado de 25/03/09, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARYANE BARROS DE OLIVEIRA, matrícula nº 40470, de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 25/03/09, com término em 21/09/09, CID. 10 F 31.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/03/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 073/09**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 3805, datado de 25/03/09, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, GILCELENE SMOKOWICZ, matrícula nº 40473, de 15 (quinze) dias, a partir de 16/03/09, com término em 31/03/09, CID. 10 S52.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/03/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 074/09**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, deste Poder,

**R E S O L V E :**

designar a funcionária comissionada MIRIAN APARECIDA PERES, matrícula 6538, para prestar serviços junto à Biblioteca, a partir de 01/01/09.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31/03/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 075/09**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 713, datado de 02/02/09, deste Poder,

**R E S O L V E :**

colocar a disposição da Prefeitura do Município de Lidianópolis, Estado do Paraná, o funcionário deste Poder Legislativo, DORIVAL CAETANI, matrícula nº 40271, para prestar serviços junto à Subunidade Veterinária do Município, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31/03/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 076/09**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 3071, datado de 19/03/09, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de JOSÉ ESTEVÃO DOS SANTOS, matrícula 40733, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Carpinteiro, nível NBA-02, com lotação no Setor de Engenharia, 06 (seis) meses relativo ao dobro de uma licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/04/08

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 077/09**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 3826, datado de 27/03/09, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar anotar, para todos os efeitos legais, em favor de MURILO CLEVE MACHADO, matrícula 40843, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nível NAA-05, 06 (seis) meses relativo ao dobro de uma licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/04/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral